



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Aos dezassete dias do mês de agosto de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro.
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Aurélio Pedro Monteiro Ferreira comunicou em 15/08/2017, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por motivos de índole pessoal, estará ausente no período compreendido entre os dias 15 a 21 de agosto de 2017, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereador será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhora Dr.ª Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho faltou à reunião por se encontrar de férias.

O Sr. Vereador António Manuel Jesus Ferreira dos Santos faltou à reunião por se encontrar de férias.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 12, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2017

3. 12.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017
4. REQ. N. 1247/17, DATADO DE 2017/07/13 – PC N.º 519/16, DATADO DE 2016/12/20 – MANUEL MARIA GREGÓRIO
5. REQ. N. 773/17, DATADO DE 2017/05/05 – PC N.º 109/17, DATADO DE 2017/03/29 – ILÍDIO DAS NEVES GODINHO
6. REQ. N. 1274/17, DATADO DE 2017/07/19 – PC N.º 149/17, DATADO DE 2017/04/18 – JOÃO ANGELINO MODERNO
7. REQ. N. 781/17, DATADO DE 2017/05/08 – PC N.º 182/17, DATADO DE 2017/05/08 – LINO GOMES PEDRO
8. REQ. N. 986/17, DATADO DE 2017/06/06 – PC N.º 233/17, DATADO DE 2017/06/06 – FILIPA ALEXANDRA LOUREIRO COELHO
9. REQ. N. 1409/17, DATADO DE 2017/08/08 – PC N.º 365/17, DATADO DE 2017/08/08 – BRUNO JOSÉ FERREIRA GODINHO LEMOS E CÁTIA SOFIA PEREIRA BRAGA PONTES
10. REQ. N. 1351/17, DATADO DE 2017/07/28 – PC N.º 110/16, DATADO DE 2016/04/04 – SONAERP - RETAIL PROPERTIES, S.A.
11. REQ. N. 1017/17, DATADO DE 2017/06/12 – PC N.º 165/16, DATADO DE 2016/05/04 – MARIA DA LUZ SERRA MOITEIRO
12. REQ. N. 1350/17, DATADO DE 2017/07/28 – PC N.º 522/16, DATADO DE 2016/12/23 – PEREIRA COELHO - TRANSPORTES DE MERCADORIAS LDA
13. REQ. N. 1197/17, DATADO DE 2017/07/07 – PC N.º 67/17, DATADO DE 2017/02/22 – BRAUN'S SOHNE - PORTUGAL, LDA
14. REQ. N. 1189/17, DATADO DE 2017/07/06 – PC N.º 150/2017, DATADO DE 2017/03/28 – JORGE DOS SANTOS
15. REQ. N. 1246/17, DATADO DE 2017/07/13 – PC N.º 171/17, DATADO DE 2017/05/03 – TRADILUSA – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA
16. REQ. N. 1336/17, DATADO DE 2017/07/27 – PC N.º 177/17, DATADO DE 2017/05/04 – TECNIJUSTA AJUSTAMENTOS E MOLDES PARA PLÁSTICOS UNIPessoal, LDA

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

17. REQ. N. 1159/17, DATADO DE 2017/07/05 – PC N.º 209/17, DATADO DE 2017/05/22 – LUÍS MANUEL BARREIROS OLIVEIRA E FERNANDA MARIA PEREIRA MORAIS OLIVEIRA
18. REQ. N. 1169/17, DATADO DE 2017/07/05 – PC N.º 280/17, DATADO DE 2017/07/05 – CONDOMÍNIO DO PRÉDIO SITO NA AVENIDA 1ª DE MAIO N.º 53
19. REQ. N. 1171/17, DATADO DE 2017/07/05 – PC N.º 281/17, DATADO DE 2017/07/05 – DUMARGEST - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.
20. REQ. N. 1257/17, DATADO DE 2017/07/14 – PC N.º 369/2017, DATADO DE 2017/07/14 - SARBLOCO - AREIAS INDUSTRIAIS, S.A.
21. REQ. N. 1258/17, DATADO DE 2017/07/14 – PC N.º 370/2017, DATADO DE 2017/07/14 - GLASSMUNDI - VIDROS DO MUNDO UNIPessoal LDA
22. REQ. N. 1291/17, DATADO DE 2017/07/20 – PC N.º 375/2017, DATADO DE 2017/07/20 - DECABLAST, LDA
23. REQ. N. 1421/17, DATADO DE 2017/08/10 – PC N.º 323/14, DATADO DE 2014/09/26 – LÚCIO GONÇALVES DA SILVA
24. REQ. N. 719/17, DATADO DE 2017/04/26 – PC N.º 59/17, DATADO DE 2017/02/15 – ANA LÚCIA MESQUITA ROQUE E TIAGO EMANUEL DA SILVA GODINHO
25. REQ. N. 1296/17, DATADO DE 2017/07/21 – PC N.º 119/17, DATADO DE 2017/03/21 – CARLOS ALEXANDRE BENTO CAPELA E ISABEL VITÓRIA ALCOBIA CAMAÑO GARCIA CAPELA
26. REQ. N. 1265/17, DATADO DE 2017/07/17 – PC N.º 180/17, DATADO DE 2017/05/05 – CARLOS MANUEL RODRIGUES CRESPO
27. REQ. N. 1267/17, DATADO DE 2017/07/18 – PC N.º 139/16, DATADO DE 2016/04/19 – REINALDO MANUEL PEREIRA MESQUITA
28. I/2135/2017, I/2130/2017 E I/2131/2017 – CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO EDIFÍCIO SITO NA AVENIDA VÍTOR GALLO, N.º 9, MARINHA GRANDE
29. REQ. N. 1272/16, DATADO DE 2016/07/25 – PC N.º 304/16, DATADO DE 2016/07/25 – MARISA ISABEL PIMENTA GOMES
30. REQ. N. 1249/17, DATADO DE 2017/07/13 – PC N.º 38/15, DATADO DE 2015/02/09 – TENDÊNCIA DE SUCESSO, LDA

31. E/5758/2017 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL-LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
32. REQ. N. 1150/17, DATADO DE 2017/07/03 – PC N.º 298/11, DATADO DE 2011/08/01 – EUTAMARI – REPARAÇÃO DE MOLDES PARA A INDÚSTRIA, UNIPESSOAL, LDA
33. E/2615/2017 – PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINAL DE ESTACIONAMENTO DE CARGAS E DESCARGAS NA RUA DO REPOUSO, N.º 12 – R/C DT.º - MARINHA GRANDE
34. APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO “REMODELAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DA MARINHA GRANDE”
35. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
36. DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES
37. REVOGAÇÃO PARCIAL DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE JULHO DE 2016 - CEMITÉRIO MUNICIPAL-ABANDONO DE SEPULTURAS - SEPULTURA 2174
38. EMPREITADA DE: REQUALIFICAÇÃO DA EB GUILHERME STEPHENS – CONCURSO PÚBLICO N.º 16/2017 – ADJUDICAÇÃO
39. EMPREITADA DE: REQUALIFICAÇÃO DA RUA ESQUERDA E RUA DA ALMOINHA VELHA – CONCURSO PÚBLICO N.º 20/2017 – ADJUDICAÇÃO
40. EMPREITADA DE: REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NERY CAPUCHO – CONCURSO PÚBLICO N.º 15/2017 – ADJUDICAÇÃO
41. “REABILITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E DE BEBIDAS DO JARDIM LUÍS DE CAMÕES - CP 01/2017” – PLANO DE TRABALHOS DEFINITIVO.
42. “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA/ PRAIA DA VIEIRA – CP N.º 01/2016 – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS AJUSTADO.
43. “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA / PRAIA DA VIEIRA - CP N.º 01/2016” – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS.
44. REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CONCURSO PÚBLICO N.º 20/2016 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.

45. **“REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SANTA ISABEL, RUA DO SALGUEIRO E RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO” – CONCURSO PÚBLICO N.º 11/2017” - PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA.**
46. **PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS DECORRENTES DE INUNDAÇÃO CAUSADA POR ROTURA DA CONDUITA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA. REQUERENTE: CARLOS JOSÉ GRÁCIO GONÇALVES.**
47. **PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTES: SALOMÉ BARROS SANTOS ROSADO E MPR, LDA.. DELIBERAÇÃO DE 28-07-2017.**
48. **PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: SÓNIA RITA DA COSTA SILVA. DELIBERAÇÃO DE 28-07-2017.**
49. **P.A. N.º 16/2017-AP/DISU - “AQUISIÇÃO DE 10 VIATURAS LIGEIRAS DE MERCADORIAS ELÉTRICAS” – ADJUDICAÇÃO DO LOTE 1 E NÃO ADJUDICAÇÃO DO LOTE 2**
50. **P.A. N.º 69/2017-AP/DCD - “CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, FORNECIMENTO DE LANCHES E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES PARA O ANO LECTIVO 2017/2018”- ADJUDICAÇÃO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**
51. **NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA Nº CENTRO-02-0853-FEDER-000059 “ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL - MARINHA GRANDE 2020” - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA**
52. **P.A. N.º 98/2017-AP/DISU – “AQUISIÇÃO DE 8 VIATURAS LIGEIRAS DE MERCADORIAS ELÉTRICAS”. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.**
53. **CEDÊNCIA DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS À MÚSICOS BAPTISTAS EM PORTUGAL PARA ESPETÁCULO - 25 DE AGOSTO DE 2017.**
54. **PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2017 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.**
55. **PROPOSTA PARA ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO**
56. **REVISÃO DO VALOR DA RENDA, SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, DE DANIELA ALEXANDRA SILVA PEREIRA, INQUILINA RESIDENTE NA**

HABITAÇÃO N.º 64 SITA NA RUA ANTÓNIO LOPES, CAMARNAL, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

- 57. ADENDA AO CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DA MARINHA GRANDE E A ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II, EM 9 DE JUNHO DO CORRENTE ANO.**
- 58. ADMISSÃO DA CANDIDATURA PARA APOIO FINANCEIRO AO CLUBE DESPORTIVO MOITENSE PARA A REALIZAÇÃO DO 67.º CIRCUITO DE CICLISMO DA MOITA.**
- 59. ADMISSÃO DA CANDIDATURA PARA APOIO FINANCEIRO À SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1.º DE MAIO PARA A PARTICIPAÇÃO NA CHALLENGE CUP - TAÇA EUROPEIA DE CLUBES.**
- 60. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES – DESPORTO PARA TODOS**
- 61. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – APD - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES - AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA DE NOVE LUGARES PARA TRANSPORTE DE ATLETAS**
- 62. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – CLUBE DOS MÚSICOS DA MARINHA GRANDE**
- 63. APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL, E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO – ALTERAÇÃO DE DATAS E ORÇAMENTO DA FAG**
- 64. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CLUBE DESPORTIVO MOITENSE PARA A REALIZAÇÃO DO 67.º CIRCUITO DE CICLISMO DA MOITA.**
- 65. ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS “ROSIS PUB” – S. PEDRO DE MOEL – EXPLORADOR: MANUEL LEMOS DO NASCIMENTO – VIOLAÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DO CRITÉRIO DE INCOMODIDADE NO PERÍODO NOTURNO – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – MEDIDAS A ADOTAR PARA CESSAÇÃO DA INCOMODIDADE.**
- 66. RESUMO DE TESOURARIA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

AUSÊNCIA E SUBSTITUIÇÃO DA SR.ª VEREADORA ALEXANDRA DENGUCHO

Antes de dar a palavra ao público, o **Sr. Presidente** pôs à consideração da Câmara a comunicação recebida da CDU, relativa à ausência da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho, uma vez que não respeita o previsto no art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, cujo conteúdo deu a conhecer.

Tendo em conta que a comunicação não foi feita pela Sr.ª Vereadora, que se encontra presente, para a substituir, o quinto candidato da lista da CDU, Sr. Nuno Miguel Baptista Agostinho, mas não foram apresentados os impedimentos dos dois candidatos subsequentes, o **Sr. Presidente** considera que a substituição não está conforme a lei, pelo que as deliberações tomadas poderão ter consequências, razão pela qual perguntou aos Srs. Vereadores se aceitam a situação tal como está colocada.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que, na sua opinião, é de aceitar a substituição, desde que posteriormente se façam as retificações legais.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que há erros formais no pedido da substituição, uma vez que deveria ter sido a própria Vereadora a invocar a substituição, embora se verifique que é essa a sua vontade, porque não está presente. O que considera mais grave é não haver a indicação dos candidatos imediatamente a seguir. Não sabia desta situação, para a qual foi alertado pelo Sr. Presidente no início da reunião, e por isso falou logo com um responsável da CDU, que garantiu que ainda hoje faria chegar as cartas do impedimento desses membros, pelo que entende que pode ser feita a substituição da Sr.ª Vereadora pelo Sr. Nuno Agostinho, que se encontra presente no público. Deste modo parece-lhe que não haverá consequências nas deliberações tomadas hoje.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** referiu que o pedido deveria ter sido apresentado pela própria Vereadora. Do ponto de vista formal não devia ser considerado, mas havendo o comprometimento de que as comunicações dos outros membros vêm ainda hoje, e é preciso que cheguem mesmo hoje, de modo a sanar os vícios, partilha da opinião de que o elemento presente integre a reunião.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que pessoalmente não se pode responsabilizar por isso, apenas transmitiu a informação de um dirigente da CDU, embora acredite nas pessoas e que as comunicações aqui cheguem ainda hoje.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que confia na palavra do Sr. Vereador Vítor Pereira, que representa a força política em causa — CDU. Assim, propôs que a reunião avance, com o atendimento público e o período de antes da ordem do dia, e que após o intervalo se avalie novamente a situação.

Face às opiniões expressas, o **Sr. Presidente** pediu ao **Sr. Nuno Miguel Baptista Agostinho** que tomasse assento, ficando o compromisso de insistir também junto dos dois elementos da lista da CDU para que apresentem a comunicação do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:

1 – D. Maria Fernanda Santos Vale Serra Batalha, residente na Rua 1, n.º 8, Pêro Neto, Marinha Grande, que se inscreveu para falar sobre o pedido de licença de utilização efetuado em nome de Raúl Augusto Sousa Batalha. Disse que em 2007 pediu o licenciamento, o processo não estava conforme, porque faltavam elementos, que só agora foram entregues. Nesta altura foi informada que a casa estava em região de PDM, e é por essa razão que aqui está, porque foi informada que teria que esperar até 2018, pela revisão do PDM.

2 - Sr. Joaquim Carreira Gomes Grilo, residente na Rua Central, n.º 26, Pilado, Marinha Grande, que veio falar novamente sobre o mau estado da estrada das matas que liga o Largo do Pilado com a estrada que vai da Marinha Grande para a Vieira de Leiria. Pretende saber quando é que vai ser feita. Referiu ainda que os cedros dificultam a visibilidade e mencionou a falta de saneamento no Pilado.

3 - Sr. António Emílio dos Santos Oliveira, residente na Rua das Raízes, n.º 38, Casal Galego, Marinha Grande, que se inscreveu para falar sobre o pedido de informação prévia que deu origem ao ofício de resposta S/828/2017 com o qual não está de acordo.

O munícipe veio posteriormente desistir do atendimento.

4 – D. Filomena Maria de Fátima da Silva Cabedo e Lencastre, residente na Av. Dr. José Henriques Vareda, n.º 24-A, Marinha Grande, que, em nome dos utentes do Laboratório de Análises Clínicas aí existente, vem saber da possibilidade de haver um lugar de

estacionamento em frente ao Laboratório, para deixar e apanhar os utentes, até porque muitos deles são pessoas idosas. Pede que um dos lugares de estacionamento seja dedicado ao Laboratório, que é o único a trabalhar na Marinha Grande, porque os outros são apenas postos de recolha.

Pede igualmente um lugar de paragem do autocarro da TUMG junto ao Laboratório, devido também à idade elevada dos utilizadores e porque a paragem existente fica longe.

5 – Sr. Vítor Veloso de Matos, residente na Rua Central, n.º 172, Garcia, Marinha Grande, que referiu que o barulho dos carros na estrada onde mora não deixa as pessoas descansar, porque a estrada da Garcia até ao Pilado está cheia de buracos e os carros batem neles e nas tampas de saneamento que estão soltas. Pede que seja consertada a estrada e que os barulhos sejam minimizados.

Como tem que se ausentar, pediu ao Sr. Presidente para lhe responder logo após a intervenção.

O **Sr. Presidente** tomou nota e disse que vai dar indicações aos serviços para ver o que se pode fazer de imediato para tentar minimizar o barulho, nomeadamente das tampas de saneamento, uma vez que a resolução definitiva do assunto não é fácil, devido ao nível freático.

6 - Sr. João E. Cruz, residente na Av.ª Vítor Gallo, n.º 9, 3.º O, Marinha Grande, que referiu que se as normas do PEM tivessem sido implementadas hoje não teria necessidade de vir aqui chamar a atenção para as operações urbanísticas. Leu na ordem do dia a realização de uma vistoria a uma cave de um prédio, cujo objetivo é coisa diferente daquilo que foi pedido. A Administração do prédio pede a presença na reunião dos técnicos que conhecem a situação, porque entendem que a Câmara está a prejudicar a população. De seguida leu a sua intervenção sobre a situação, que considera grave, com danos materiais e psicológicos para os moradores do prédio. A referida intervenção fica anexa à presente ata.

7 - Sr. Mário José Nogueira Monteiro, residente na Av.ª Vítor Gallo, n.º 9, 3.º, Marinha Grande, Administrador do prédio sito no Edifício Parque, que disse que o Sr. João Cruz já referiu tudo aquilo que queria dizer. Lamentou o teor do artigo publicado no Jornal da Marinha Grande, que o deixou incomodado a si e aos condóminos, havendo alguns que até querem vender os apartamentos. Disse-lhes que nesta altura seria difícil, uma vez que ninguém os querará comprar. Pediu bom senso aos Srs. jornalistas, uma vez que há muitas maneiras de dizer o mesmo mas sem alarmar.

Abordou ainda um segundo assunto, referente aos barracões do Sr. Seíça, que estão abandonados, cheios de lixo, e são um perigo nesta época de fogos, porque há habitações em redor, para além das árvores de grande porte. Perguntou: se houver problemas de quem será a responsabilidade? Referiu ainda que já foi cortado o mato do terreno mas não foi limpo e as ratazanas continuam, e é preciso serem exterminadas.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos munícipes:

- ⇒ D. Maria Fernanda – a habitação foi licenciada antes da vigência do PDM no aglomerado do Pero Neto, e ao longo dos anos foram acrescentados anexos, e neste momento, ao pedirem a sua legalização e licenciamento, já se aplicam as regras do PDM, e por isso não podem ser licenciados, para além de que parte ainda está também em REN. O início da casa pode ser licenciado, mas os anexos não se podem licenciar porque ferem o PDM.
Seguiu-se uma troca de palavras entre o Sr. Presidente e a filha da D. Maria Fernanda, com o Sr. Presidente a reiterar o que já tinha informado: a Câmara não pode legalizar uma coisa que não é possível de legalizar, pelos motivos já expostos.
- ⇒ Sr. Joaquim Grilo – já foi lançado o concurso para a estrada, é o concurso 21/2017, que está em andamento nos serviços, e decorridos os prazos legais a obra será adjudicada.
- ⇒ D. Filomena Lencastre – o Sr. Presidente pediu para que faça o requerimento, assinalando o local pretendido, para que os serviços possam analisar e informar se é possível ou não, e depois virá aqui à reunião da Câmara. Ao mesmo tempo pediu à D. Filomena que faça também um pedido à TUMG para a colocação da paragem no local que pretendem.
- ⇒ Sr. João Cruz e Sr. Mário Monteiro – na última reunião da Câmara já vieram colocar a mesma questão, e na sequência dessa intervenção transmitiu aos serviços as preocupações manifestadas, tendo estes notificado os proprietários do terreno e dos barracões do Seica, e hoje virá à Câmara a nomeação de uma comissão de vistoria, da qual fará parte um técnico da área do saneamento. O Administrador do prédio também será notificado para acompanhar essa vistoria e os seus resultados serão comunicados à Administração.
Sobre a publicação do jornal, referiu que não foi a Câmara que fez a notícia, tendo apenas agido de acordo com as preocupações.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ A queda de uma árvore na Madeira foi um acontecimento trágico, que o chocou. Isto vem a propósito para a chamada de atenção que fez para os pinheiros na estrada do Camarnal para a Fonte Santa. A situação foi resolvida mas não na

Totalidade. Ainda há um pinheiro, propriedade de um particular, mas entende que a Câmara deve intervir. Chamou ainda a atenção para os plátanos da Embra, com grandes braças, que deverão ser cortadas ou até substituir as próprias árvores.

- ⇒ Também é utente do Laboratório de Análises e entende que é necessário o lugar de estacionamento, mas com algumas regras, só para deixar e apanhar doentes e não para ficarem os carros estacionados.
- ⇒ Saudou o facto de os autocarros da TUMG terem todos o mesmo aspeto exterior.
- ⇒ Perguntou à Sr.ª Vereadora Cidália: como está a situação do relvado sintético?
- ⇒ Terrenos e fogos – felizmente que o concelho não tem sido assolado mas não está livre. Considera que há duas situações gravíssimas: os particulares, que não limpam os seus terrenos ou limpam mal, e depois as nossas matas nacionais que são uma catástrofe, e a Câmara terá que notificar o ICNF para as limparem, porque só retiram os dividendos mas não as cuidam.
- ⇒ Munícipes:
 - D. Fernanda – as alterações do PDM são situações que dão perda de mandato se houver violação. Deve haver diálogo dos serviços com a munícipe, até sobre o que se prevê em termos de revisão do PDM, para que saiba se pode ter alguma expectativa ou não.
 - Estrada – são boas notícias, uma vez que é para avançar.
 - Sr. Cruz e Sr. Monteiro – têm toda a razão, pois criou-se uma situação de alarme desnecessário, porque o jornal não terá interpretado bem a notícia. Sugeriu que conversem.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte sobre a intervenção dos munícipes:

1. Relativamente aos barracões e à existência de ratazanas o Sr. Presidente esclareceu que os proprietários já foram notificados.

Tendo em conta que a Sr.ª Vereadora enviou a restante intervenção por escrito, passa-se a reproduzir o seu conteúdo:

2. Felicitação de atletas

Felicitou o atleta Licínio Pereira, do Industrial Desportivo Viegrense, por se ter sagrado campeão europeu de atletismo, na prova de 10.000m em pista, em veteranos, bem como Jorge Marcelino pelo 9.º lugar neste mesmo campeonato.

3. Comunicação ao órgão executivo da formalização da queixa-crime contra desconhecidos

Deu conta ao órgão executivo de que, na qualidade de vereadora em substituição do vereador Aurélio Ferreira, esteve na véspera a consultar os processos agendados para a reunião de Câmara da Marinha Grande do dia 17 de agosto. No decurso deste

trabalho foi interrompida pela Chefe de Gabinete, Dr.ª Tereza Coelho, que a interpelou dando conta de que teria acabado de receber um email dela sobre uma questão da TUMG. Sobre isso a Vereadora Ana Alves Monteiro disse-lhe:

«provavelmente era engano dado que eu não tinha enviado email nenhum. A Dr.ª Tereza referiu: *"Mas não se chama Ana Isabel Monteiro e o seu e-mail não é <Gmail>?"*. Respondi: *"sou Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro e o meu e-mail é da conta <Gmail>, mas não enviei nenhum e-mail para a Câmara. Pode fazer o favor de o imprimir para eu ver qual a proveniência?"*. Foi-me respondido que *"sim"*. Ao ler o documento verifico que o texto não está completo e que não é possível ver o e-mail da proveniência apenas a identificação *"Ana Isabel Monteiro"*. Face à circunstância, perguntei: *"Mas isto não permite perceber qual o e-mail da proveniência. Posso ver o e-mail?"*. A Dr.ª Tereza responde: *"sim"*. Deslocámo-nos de imediato ao gabinete dela e no computador vejo um programa (cujo formato desconheço), onde não era possível ver o e-mail da proveniência no sítio do emissor mas sim na lateral da imagem. Face à circunstância disse-lhe que queria escrever no e-mail, que a senhora me imprimira, uma mensagem dirigida ao Sr. Presidente com o seguinte conteúdo: *"Ex.mo Sr. Presidente, Serve o presente, atendendo à gentileza da Dr.ª Tereza Coelho ter-me dado conhecimento deste conteúdo, para o informar de que o mesmo não é subscrito por mim. Este e-mail não me pertence pelo que declino qualquer responsabilidade quanto ao conteúdo. 16 de agosto 2017 Ana Alves Monteiro"*. De seguida a Dr.ª Tereza chama o Sr. Presidente a quem explica o assunto e eu pedi-lhe para ele confirmar no gabinete dele (para onde de imediato me desloquei com eles (ambos, a Dr.ª Tereza e o Sr. Presidente) se o e-mail que lhe enviei ontem coincide, ou não, com este que ora é identificado por *"atc@gmail.cm"*, tendo-se verificado que não. No computador do Sr. presidente, o próprio confirmou o meu e-mail verificando que não coincidia.». No decurso da reunião deu ainda nota de que mais tarde recebeu um telefonema da Sra. Chefe de Gabinete a dar conta de que provavelmente o e-mail em apreço deveria respeitar a outra pessoa. Comunicou que, face ao exposto, podendo a situação suscitar alguma dúvida, entendeu apresentar queixa-crime contra desconhecidos junto dos órgãos de polícia criminal no sentido de ser averiguada a possibilidade de alguém estar a utilizar o meu nome para se fazer passar por mim.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ D. Fernanda – há duas situações: a licença de utilização do edifício e a legalização dos acréscimos que fizeram. Pediu ao Sr. Presidente que clarifique, porque lhe parece que a munícipe não entendeu.
- ⇒ Ruído – há uma lei, que tem sido aplicada no concelho de forma restritiva em relação aos estabelecimentos, em que alguns têm sido objeto de contraordenação. Depois há o ruído dos particulares, que também é punido com multas. Algumas até poderão ser justas, a pena é que a Câmara não o aplique naquilo que é da sua responsabilidade, como é o caso das tampas de saneamento na estrada da Garcia, que não têm vedantes. A Câmara não toma medidas, mas conhece a situação.

Vão lá os técnicos mas não resolvem o problema dos munícipes. Pediu ao Sr. Presidente que ainda neste mandato aplique a lei do ruído ao que é público. Trata-se de intervir pela via preventiva e não punitiva. O ruído vem das lombas, dos buracos e dos abatimentos pontuais que podem ser resolvidos, não sendo necessário arranjar a estrada toda.

Seguidamente pediu verbalmente resposta às perguntas feitas.

O **Sr. Presidente** pediu ao Sr. Vereador para as colocar por escrito.

O **Sr. Vereador** disse que ficam escritas na ata, e são as seguintes:

- insistiu novamente no pedido das gravações das reuniões da Câmara Municipal;
- pediu novamente a relação das dívidas de água, onde conste a lista dos incobráveis, das dívidas prescritas e anuladas nos últimos 4 anos, discriminado;
- resolução da situação dos edifícios devolutos e degradados, sendo que a Câmara é o principal impulsionador destas situações porque não as resolve, uma vez que alguns dos edifícios são da própria Câmara, como é o caso do bairro antigo do Camarnal.

⇒ Outras perguntas:

- Reparação do muro da Rua das Amoreiras, em S. Pedro de Moel – como está a notificação aos proprietários?
- Habitação social – entende que ainda é tempo de lançar um procedimento para as habitações sociais devolutas ou sem utilização. São cerca de 40, já foram recuperadas 20, 19 vão ser agora atribuídas. Apareceram a este concurso mais de 90 candidatos, alguns em situação dramática, e há casas há mais de 4 anos sem utilização. A Câmara não tem coração, porque teima em ter casas fechadas. É fundamental recuperar essas casas ainda neste mandato.

O Sr. Vereador Vítor Pereira pediu para colocar a seguinte questão, de que se esqueceu na sua intervenção:

⇒ Viu no jornal a queixa de uma munícipe, que teria sido retirada do concurso para habitação social por uma dívida de água que está a liquidar. Pretende um esclarecimento do Sr. Presidente sobre o assunto.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos Srs. Vereadores:

- ⇒ Árvores – já é conhecido pelo “corta árvores”. Algumas das que caíram não fizeram vítimas. As árvores da Rua da Embra são podadas pelas Infraestruturas de Portugal, embora a Câmara possa pedir ao seu Eng.^o Silvicultor para fazer esses contactos.
- ⇒ Lugar de estacionamento – o pedido tem que vir aqui à reunião da Câmara.
- ⇒ TUMG – neste momento está a ser vista a decoração dos autocarros.

- ⇒ Sintético – foi impermeabilizada a zona circundante, e está lançado agora o concurso público para a drenagem do pluvial.
- ⇒ Matas e fogos – a Câmara não tem estado inactiva e tem insistido junto do ICNF para que procedam à limpeza das matas.
- ⇒ Habitação social – a notícia trata-se de um assunto de índole particular, daí não ter dado informações ao jornal.
- ⇒ Agradeceu a partilha da informação da Sr.^a Vereadora Ana Alves Monteiro, e referiu que se está em fase de elaboração do Regulamento de Proteção de Dados.
- ⇒ Moradia no Pero Neto – o Sr. Presidente referiu que a construção inicial foi licenciada antes da entrada em vigor do PDM, lendo de seguida a informação prestada pelos serviços da Divisão de Ordenamento do Território. As restantes obras não deveriam ter sido feitas, mas foram, e agora não são legalizáveis, porque violam as regras do PDM em vigor e têm parte em REN. Neste momento não há hipótese de legalização.
- ⇒ Ruído – a Câmara recebe inúmeras participações da PSP, é levantado o respetivo auto de contraordenação e segue os trâmites normais e legais.
- ⇒ Perguntas por escrito – referiu que já pediu ao Sr. Vereador Carlos Logrado para colocar as questões por escrito.
- ⇒ Muro da Rua das Amoreiras – foi feita a vistoria, o proprietário já foi notificado, veio à Câmara e a partir de setembro pode fazer obras. O que foi feito foi só como medida de prevenção.
- ⇒ Habitação social – está a decorrer o concurso, que se encontra em fase de audiência prévia. Em relação às obras de reparação das casas a Câmara está com dificuldades na adjudicação.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** interrompeu e disse que o Sr. Presidente não respondeu à questão das casas devolutas.

O **Sr. Presidente** informou que este executivo, tal como o anterior, tem sensibilidade para esse problema, uma vez que resolveu uma situação com cerca de 17 ou 18 anos, que foi o caso do bairro do Camarnal velho. Também neste mandato foi resolvido o eterno problema do Camarnal novo.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** interrompeu, o **Sr. Presidente** contrapôs e seguiu-se uma troca de palavras sobre esta questão.

O Sr. Vereador Nuno Agostinho pediu desculpa por não ter pedido para intervir antes do Sr. Presidente dar as respostas, uma é a primeira vez que participa numa reunião, contudo gostaria de intervir.

O Sr. Presidente deu-lhe a palavra.

Assim, depois de cumprimentar todos os presentes referiu o seguinte:

- ⇒ Municípios – as questões colocadas encontram-se praticamente todas respondidas.
- ⇒ Congratulou-se pelo facto de o Bar Old Beach ter sido considerado pelo jornal The Guardian um dos 10 melhores bares de praia, estendendo esta saudação aos seus

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

investidores e aos munícipes pela atribuição deste galardão por um órgão de comunicação de prestígio.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** insistiu para que o **Sr. Presidente** lhe dê as respostas que pediu, seguindo-se uma troca de palavras entre os dois.

Uma vez que o pelouro da habitação social se encontra atribuído à Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira, esta informou o seguinte:

⇒ O município tem 264 habitações sociais. É o maior parque habitacional da região. A Câmara tem razão e coração, e tem havido grande cuidado na atribuição das habitações sociais. Abriu-se um concurso no anterior mandato para atribuição das habitações sociais do Camarnal que ainda eram do IHRU. Neste momento atribuíram-se mais 19 casas. Há agora mais 15 habitações sociais que poderão ser recuperadas. O concurso aberto tem a duração de 6 meses, e se se conseguir recuperar estas 15 habitações elas poderão ser então atribuídas a quem ficar agora em lista de espera.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** continuou a insistir no seu pedido de resposta.

O **Sr. Presidente** deu por terminado o período de antes da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** interrompeu a reunião para um breve intervalo, que decorreu das 11:10 horas às 11:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 12, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 2017

714 - Presente a ata n.º 12, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 04 de maio de 2017, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 2 abstenções do Sr. Vereador Nuno Agostinho e da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, por não terem estado presentes na reunião.

3 - 12.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017

Sobre este ponto registaram-se os seguintes pedidos de esclarecimento:

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** solicitou que lhe fossem clarificadas as dúvidas quanto às seguintes rubricas:

- Reforço de dotação para eventuais necessidades dos serviços no âmbito das suas atribuições municipais - despesas correntes diversas, nomeadamente para cumprimento do despacho do Sr. Presidente n.º 348/2017 de 08/08/2017 - "Pedido de reposição de equilíbrio financeiro do contrato de empreitada de "Reabilitação da Casa Museu Afonso Lopes Vieira. Indeferimento. Decisão Final. " – reforço de 5.000,00 €
- Verba sobrança após cabimento do processo de aquisição de livros de fichas para o 1.º ano, 2.º ano, 3.º ano e 4.º ano de escolaridade, dos Agrupamentos de Escolas Nascente, Poente e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2017/2018.
- Verba sobrança após a adjudicação do P.A. n.º 78/2017- AP/DCD – Fornecimento contínuo de gás natural aos estabelecimentos de ensino, instalações desportivas municipais e outros equipamentos municipais para o período de agosto/2017 a julho/2018
- AQUISIÇÃO E GRANDE REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTO BÁSICO

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** solicitou esclarecimentos sobre a intervenção na escola da Fonte Santa, no âmbito do projeto educativo, e requereu o seguinte:

- 1.º semestre de 2017 – consumo, por mês, de gás de garrafa a todas as escolas do concelho, discriminado por escola.

A resposta deverá ser também enviada aos restantes Vereadores.

Depois de esclarecer as questões apresentadas, o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

715 - Presente proposta da 12ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

10ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2017, no valor de 39.256,60 euros nos reforços e de 39.256,60 euros nas anulações;

10.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2017 no valor de 54.500,00 euros nos reforços e de 54.500,00 euros nas anulações;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

10.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2017 no valor de 1.500,00 euros nos reforços e de 15.000,00 euros nas anulações.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 12ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 1247/17, DATADO DE 2017/07/13 – PC N.º 519/16, DATADO DE 2016/12/20 – MANUEL MARIA GREGÓRIO

716 - Presentes requerimentos n.º 2131/16, n.º 717/17 e n.º 1247/17, registados em 2016/12/20, 2017/04/26 e 2017/07/13, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 519/16, registado em 2016/12/20, referente ao pedido de **licenciamento de obra de ampliação, alteração e conservação de moradia e construção de muro de vedação**, no prédio urbano sito na Rua de Albergaria, n.º 34, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 16108, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6658, apresentado por **MANUEL MARIA GREGÓRIO**, com o NIF 128376295, residente na Rua da Fonte Velha de Albergaria, n.º 4, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Do prédio objeto do pedido com 625 m2, serão cedidos ao domínio público 66,50 m2 para alargamento de arruamento e para passeio. Após a cedência o prédio ficará com a área de 558,50 m2.

Presente Autorização pela Infraestruturas de Portugal, S.A. comunicada ao interessado pelo ofício n.º 3887 datado de 2017/03/06.

Presente parecer técnico datado de 2017/08/01, relativo ao alinhamento do passeio e do muro.

Presente parecer técnico datado de 2017/05/03, que refere que o projeto de arquitetura apresenta-se apto par aprovação.

Após análise do pedido, e considerando a Autorização pela Infraestruturas de Portugal, S.A. comunicada ao interessado pelo ofício n.º 3887, datado de 2017/03/06, bem como os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

- 1 - DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 519/16, registado em 2016/12/20, respeitante ao pedido de licenciamento de obra de ampliação, alteração e conservação de moradia e construção de muro de vedação, no prédio urbano sito na Rua de Albergaria, n.º 34, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 16108, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6658, apresentado por Manuel Maria Gregório, com o NIF 128376295, residente na Rua da Fonte Velha de Albergaria, n.º 4, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande.
- 2 - ACEITAR a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 66,50 m2, situada em parte da frente do prédio confinante com a Rua 2, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “Planta de Implantação e Enquadramento, Desenho 11.1”, entregue a coberto do Requerimento n.º 717/17, registado em 2017/04/26, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
- 3 - INFORMAR o interessado que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 773/17, DATADO DE 2017/05/05 – PC N.º 109/17, DATADO DE 2017/03/29 – ILÍDIO DAS NEVES GODINHO

717 - Presentes requerimentos n.º 528/17 e n.º 773/17, registados em 2017/03/29 e 2017/05/05, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 109/17, registado em 2017/03/29, referente ao pedido de licenciamento (legalização) da obra de alteração e ampliação de anexos de uso complementar do prédio principal, da obra de alteração do edifício principal, da obra de construção do muro de vedação e licenciamento de obra de construção de telheiro, no prédio urbano sito na Rua do Lamarão n.º 22, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 18677 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 16002, apresentado por ILÍDIO DAS NEVES GODINHO, com o NIF 162819900, residente na Rua do Lamarão n.º 22, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Do prédio objeto do pedido com 1020 m2, serão cedidos ao domínio público 18 m2 para passeio. Após a cedência o prédio ficará com a área de 1002 m2.

Presente parecer técnico datado de 2017/08/10, que refere que o projeto de arquitetura apresenta-se apto par aprovação.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

1- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 109/17, registado em 2017/03/29, respeitante ao pedido de licenciamento (legalização) referente à obra de alteração e ampliação de anexos de uso complementar do prédio principal, obra de alteração do edifício principal, obra de construção do muro de vedação e licenciamento de obra de construção de telheiro, no prédio urbano sito na Rua do Lameirão n.º 22, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 18677 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 16002, apresentado por Ilídio das Neves Godinho, com o NIF 162819900, residente na Rua do Lameirão n.º 22, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

2- ACEITAR a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 18 m2, para passeio. Após a cedência o prédio com área inicial de 1020 m2, ficará com a área de 1002 m2.

3- INFORMAR o interessado que:

- a) Deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE;**
- b) A concessão da Autorização de Utilização condiciona à apresentação da certidão da Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1274/17, DATADO DE 2017/07/19 – PC N.º 149/17, DATADO DE 2017/04/18 – JOÃO ANGELINO MODERNO

718 - Presentes requerimentos n.º 654/17 e n.º 1274/17, registados em 2017/04/18, 2017/07/19, respetivamente, respeitantes ao processo n.º 149/17, referente ao pedido de licenciamento de obra (legalização) de construção de uma moradia e anexos existentes, licenciamento de obra de alteração e ampliação da moradia e da obra de construção de um muro, com procedimento de demolição de construções existentes integrado no procedimento de licença, a levar a efeito no prédio urbano sito na Rua da Azinheira n.º 69, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3575, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

n.º 1465, apresentado por **JOÃO ANGELINO MODERNO**, com o NIF 159859522, residente na Rua Luís de Camões - Edifício D. João V, n.º 45B, 2.º. Esq., no lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Do prédio objeto do pedido com 621 m2, serão cedidos ao domínio público 11 m2 para passeio. Após a cedência o prédio ficará com a área de 610 m2.

Presentes pareceres técnicos datados de 2017/06/20, relativo ao alinhamento do passeio e do muro.

Presente parecer técnico datado de 2017/07/31, que refere que o projeto de arquitetura se encontra em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação sobre o pedido.

Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

1 - DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento de obra (legalização) de construção de uma moradia e anexos existentes, licenciamento de obra de alteração e ampliação da moradia e da obra de construção de um muro, com procedimento de demolição de construções existentes integrado no procedimento de licença, a levar a efeito no prédio urbano sito na Rua da Azinheira n.º 69, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3575, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1465, apresentado por João Angelino Moderno, com o NIF 159859522, residente na Rua Luís de Camões - Edifício D. João V, n.º 45B, 2.º. Esq., no lugar, freguesia e concelho de Marinha Grande.

2 - ACEITAR a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 11 m2, ao longo da frente do prédio confinante com a Rua da Azinheira, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “Implantação, Desenho n.º 1.2A”, entregue a coberto do Requerimento n.º 1274, registado em 2017/07/19, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

3 - INFORMAR o interessado que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 781/17, DATADO DE 2017/05/08 – PC N.º 182/17, DATADO DE 2017/05/08 – LINO GOMES PEDRO

719 - Presentes requerimentos n.º 781/17, registado em 2017/05/08, do processo camarário n.º 182/17, referente ao pedido de **licenciamento (legalização) das obras construção de moradia e anexo**, erigidos no prédio rústico sito na Travessa Carlos Jesus Vareda, n.º 16, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz sob o artigo n.º 1569 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 809, ao abrigo do artigo 102-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, apresentado por **LINO GOMES PEDRO**, com o NIF 129681962, residente na Travessa Carlos Jesus Vareda, n.º 16, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos datados de 2017/05/26 e de 2017/08/03, a indicar que o presente projeto de arquitetura assegura a satisfação do artigo 73º do RGEU, cujo incumprimento motivou o indeferimento do processo camarário n.º 122/16.

Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

- 1 - DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 182/17, registado em 2017/05/08, respeitante ao pedido de licenciamento (legalização) das obras construção de moradia e anexo, erigidos no prédio rústico sito na Travessa Carlos Jesus Vareda, n.º 16, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz sob o artigo n.º 1569 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 809, ao abrigo do artigo 102-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, apresentado por LINO GOMES PEDRO, com o NIF 129681962, residente na Travessa Carlos Jesus Vareda, n.º 16, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande.**
- 2 - INFORMAR o interessado que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 986/17, DATADO DE 2017/06/06 – PC N.º 233/17, DATADO DE 2017/06/06 – FILIPA ALEXANDRA LOUREIRO COELHO

720 - Presente requerimento n.º 986/17, datado de 2017/06/06, constante do processo camarário n.º 233/17, subscrito por **FILIPA ALEXANDRA LOUREIRO COELHO**, com o NIF 210165359, residente em rua dos Outeirinhos, n.º 56 - 1.º esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de ***“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”***, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua da Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13408 e inscrito na matriz sob o artigo número 10699.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2017/07/26, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de ***“Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação”***, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua da Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13408 e inscrito na matriz sob o artigo número 10699, com o número de processo 233/17, com data de entrada em 2017/06/06, apresentado por **FILIPA ALEXANDRA LOUREIRO COELHO**, com o NIF 210165359, residente em rua dos Outeirinhos, n.º 56 - 1.º esq., freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 53,80m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua da Portela, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à ***“Implantação”***, com o número ***“Desenho n.º 1”***, datada de junho de 2017, entregue a coberto do requerimento n.º 986/17, datado de 2017/06/06, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
3. Execução de passeio público conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à ***“Implantação”***, com o número ***“Desenho n.º 1”***, datada de junho de 2017, entregue a coberto do requerimento n.º 986/17, datado de 2017/06/06, sendo a pavimentação efetuada em calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05x0,05m, após execução de uma base em ***“tout-venant”*** com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser em calcário com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,20m (altura) x 0,13m (largura da base).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 1409/17, DATADO DE 2017/08/08 – PC N.º 365/17, DATADO DE 2017/08/08 –
BRUNO JOSÉ FERREIRA GODINHO LEMOS E CÁTIA SOFIA PEREIRA BRAGA PONTES**

721 - Presente requerimento n.º 1409/17, datado de 2017/08/08, constante do processo camarário n.º 365/17, subscrito por BRUNO JOSÉ FERREIRA GODINHO LEMOS, com o NIF 202347419 e por CÁTIA SOFIA PEREIRA BRAGA PONTES, com o NIF 217624162, ambos residentes em rua Vasco da Gama, n.º 26, 3.º B, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio rústico, sito na rua da Fonte da Pedrulheira, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13492 e inscrito na matriz sob o artigo número 691.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2017/08/10, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”*, incidente sobre um prédio rústico, sito na rua da Fonte da Pedrulheira, lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13492 e inscrito na matriz sob o artigo número 691, com o número de processo 365/17, com data de entrada em 2017/08/08, apresentado por BRUNO JOSÉ FERREIRA GODINHO LEMOS, com o NIF 202347419 e por CÁTIA SOFIA PEREIRA BRAGA PONTES, com o NIF 217624162, ambos residentes em rua Vasco da Gama, n.º 26, 3.º B, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua Fonte da Pedrulheira, com uma largura de 2,00m e alinhamento definido por forma a garantir um afastamento de 3,25m ao eixo da referida rua. Os materiais a utilizar deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de betão com 0,12m de largura e blocos de betão (pavê) com 0,10x0,20x0,06m, após a execução de uma base em *“tout-venant”* com 0,15m de espessura. Antes da execução do passeio, deverá solicitar previamente aos respetivos serviços municipais, a indicação do seu alinhamento, de acordo com o previsto no n.º 3 do art. 19.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

3. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 35,90m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua Fonte da Pedrulheira, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “PLANTA DE IMPLANTAÇÃO SOBRE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO”, com o número “FOLHA: 01”, datada de “JULHO 2017”, entregue a coberto do requerimento n.º 1409/17, datado de 2017/08/08, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada, incluindo a diferença de área verificada no levantamento topográfico efetuado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1351/17, DATADO DE 2017/07/28 – PC N.º 110/16, DATADO DE 2016/04/04 – SONAERP - RETAIL PROPERTIES, S.A.

722 - Presente pedido com o registo n.º 1351/17, datado de 28/07/2017, relativo a **emissão de certidão de cedência de área para integrar o domínio público**, destinada a arruamento e passeios, proveniente do prédio sito na rotunda Empresa de Limas Tomé Feteira, Vieira de Leiria, registado na Conservatória do Registo Predial com o n.º 7965 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 5706, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, titulado por **SONAERP - RETAIL PROPERTIES, S.A.**, com o NIPC 501 913 246 e sede em Lugar do Espido - Via Norte, freguesia de Cidade da Maia, concelho da Maia, decorrente do processo de construção de uma unidade comercial, com o n.º 110/16, de 4/04/2016, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 12/05/2016;

Presente informação técnica, datada de 2/08/2017, que atesta que a área em questão foi devidamente contemplada no respetivo projeto e que os trabalhos, relativos à respetiva pavimentação e configuração, foram devidamente executados, tendo sido rececionados pela Câmara em reunião de 20/10/2016.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

ACEITAR a cedência da área de 355,60 m², para integrar o domínio público, destinada a arruamento e passeios, proveniente do prédio sito na rotunda Empresa de Limas Tomé Feteira, Vieira de Leiria, registado na Conservatória do Registo Predial com o n.º 7965 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 5706, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, titulado por SONAERP - RETAIL PROPERTIES, S.A., com o NIPC 501 913 246 e sede em Lugar do Espido - Via Norte, freguesia de Cidade da Maia, concelho da Maia, decorrente do processo de construção de uma unidade comercial, com o n.º 110/16, de 4/04/2016, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 12/05/2016.

Delibera, igualmente, MANDAR EMITIR a respetiva certidão de cedência.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

11 - REQ. N. 1017/17, DATADO DE 2017/06/12 – PC N.º 165/16, DATADO DE 2016/05/04 – MARIA DA LUZ SERRA MOITEIRO

723 - Presente pedido com o registo n.º 1017/17, datado de 12/06/2017, relativo a **emissão de certidão de cedência de área para integrar o domínio público**, destinada a arruamento e passeios, proveniente do prédio sito nos n.º 2 e 4 da rua das Rosas, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial com o n.º 8102 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 18788, da freguesia e concelho da Marinha Grande, titulado por **MARIA DA LUZ SERRA MOITEIRO**, com o NIF 122 300 351 e residente na Praceta das Várzeas, n.º 7, Queijas, freguesia de Queijas, concelho de Oeiras, decorrente do processo de legalização de um edifício de habitação e comércio, com o n.º 165/16, de 4/05/2016, cujo processo foi aprovado em reunião de câmara de 9/03/2017;

Presente informação técnica, datada de 8/08/2017, que atesta que a área em questão foi devidamente contemplada no respetivo projeto, encontrando-se a rua devidamente consolidada.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

ACEITAR a cedência da área de 62,26 m2, para integrar o domínio público, destinada a arruamento e passeios, proveniente do prédio sito nos n.º 2 e 4 da rua das Rosas, Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial com o n.º 8102 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 18788, da freguesia e concelho da Marinha Grande, titulado por MARIA DA LUZ SERRA MOITEIRO, com o NIF 122 300 351 e residente na Praceta das Várzeas, n.º 7, Queijas, freguesia de Queijas, concelho de Oeiras, decorrente do processo de legalização de um edifício de habitação e comércio, com o n.º 165/16, de 4/05/2016, cujo processo foi aprovado em reunião de câmara de 9/03/2017.

Delibera, igualmente, MANDAR EMITIR a respetiva certidão de cedência.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1350/17, DATADO DE 2017/07/28 – PC N.º 522/16, DATADO DE 2016/12/23 – PEREIRA COELHO - TRANSPORTES DE MERCADORIAS LDA

724 - Presente pedido com o registo n.º 1350/17, datado de 28/07/2017, relativo a **licenciamento de construção e um armazém**, na rua Quinta da Lagoínha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20012 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 11379, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 522/16, com data de entrada de 23/12/2016, apresentado por **PEREIRA COELHO - TRANSPORTES DE MERCADORIAS Lda**, com o NIPC 504825569, com sede na Travessa da Aventura, n.º 11, Brejo das Trutas, freguesia e

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 06/04/2017;

Presente informação técnica, datada de 4/08/2017, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 8/08/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção e um armazém, na rua Quinta da Lagoinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20012 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 11379, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 522/16, com data de entrada de 23/12/2016, apresentado por PEREIRA COELHO - TRANSPORTES DE MERCADORIAS Lda, com o NIPC 504825569, com sede na Travessa da Aventura, n.º 11, Brejo das Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1197/17, DATADO DE 2017/07/07 – PC N.º 67/17, DATADO DE 2017/02/22 –
BRAUN'S SOHNE - PORTUGAL, LDA

725 - Presente pedido com o registo n.º 1197/17, datado de 07/07/2017, relativo à apresentação dos projetos de especialidade referentes à **alteração e ampliação de uma unidade industrial**, localizada na rua dos Metalúrgicos, em Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1640 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 416 e 2288 e na matriz predial rústica sob os artigos n.º 2660 e 3475, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 67/17, com data de entrada de 22/02/20147, apresentado por **BRAUN'S SOHNE - PORTUGAL, LDA**, com o NIPC 507 540 891, com sede na rua dos Metalúrgicos, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 6/04/2017;

Presente informação técnica, datada de 28/07/2017, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites.

Presente informação técnica, datada de 3/08/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alteração e ampliação de uma unidade industrial, localizada na rua dos Metalúrgicos, em Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1640 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 416 e 2288 e na matriz predial rústica sob os artigos n.º 2660 e 3475, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 67/17, com data de entrada de 22/02/20147, apresentado por BRAUN'S SOHNE - PORTUGAL, LDA, com o NIPC 507 540 891, com sede na rua dos Metalúrgicos, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos**

de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1189/17, DATADO DE 2017/07/06 – PC N.º 150/2017, DATADO DE 2017/03/28 – JORGE DOS SANTOS

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** levantou duas questões:

- a) Por que razão ao processo físico está apenso um processo da ASURPI?
- b) Ao analisar o processo físico verificou que está em causa uma “violação do art.º 4.º DL n.º 555/99 de 16 de dezembro com a redação do DL n.º 136/2014 de 9/9/2014 (não suscetível de embargo)”, terão sido realizadas “obras de demolição sem licença”. Havendo indicação da Chefe de Divisão sobre duas hipóteses de resolução do problema, designadamente:
 - Atender aos factos expostos pelo interessado e prorrogar o prazo para apresentação de processo operação urbanística, apesar do mesmo não ter sido solicitado;
 - ou
 - Entender que o interessado deve de imediato proceder à entrega do referido processo por forma a repor a legalidade da situação,

se se optar pela primeira, cf. sugestão de deliberação de Câmara:

- a) qual o enquadramento legal?
- b) o que acontece a seguir?

- a proposta de deliberação tem por base um papel branco onde se incluiu o respetivo conteúdo da deliberação, com informação adicional à que está no processo, quem a elaborou?

A **Sr.ª Vereadora** acrescentou que não delibera com base em papéis brancos subscritos por ninguém.

Face às questões, o **Sr. Presidente** chamou à reunião a Chefe da DOT – Divisão de Ordenamento do Território, **Dr.ª Inês Marrazes**, que esclareceu os pontos, referindo que o processo da ASURPI está apenso por lapso, que elaborou duas propostas de resolução que estão corretas e os elementos que constam do papel branco com o conteúdo da deliberação foram feitos pela DOT para melhor fundamentarem a primeira opção proposta, que ela assumiu estar enquadrada na lei.

Prestados os esclarecimentos, o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

726 - Presente exposição, registada sob o n.º 6326, de 2017/07/03, à qual foi atribuído o n.º de requerimento 1189/17, datado de 2017/07/06, apresentada por **JORGE DOS SANTOS**, residente na rua de Leiria, n.º 133, freguesia e concelho da Marinha Grande, na sequência da notificação do conteúdo da deliberação de 04-05-2017, em que a Câmara Municipal determinava que o mesmo procedesse, no prazo de 60 dias, à realização de trabalhos de correção ou alteração do relevo natural, do prédio sito na mesma rua, n.º 135, bem como à legalização da operação urbanística.

Presente informação técnica datada de 2017/07/11, que se debruçou sobre a referida exposição.

A Câmara Municipal apreciou a exposição apresentada e considerando que:

- O interessado refere que, em virtude de ser um vendedor ambulante de faturas, durante o período de verão e até ao mês de novembro, não se encontra na Marinha Grande;
- No prédio onde procedeu à remoção de terras, sem a respetiva licença administrativa, irá abrir um estabelecimento comercial;
- Encontra-se a aguardar a conclusão do projeto para o efeito e para se candidatar a apoios financeiros disponibilizados pela União Europeia;
- Essas razões impedem-no, de momento, de dar cumprimento à determinação camarária, no sentido de proceder à realização de trabalhos de correção e remodelação do terreno e apresentar o respetivo processo de licenciamento, não obstante proceder “a seu tempo” à legalização da situação;

Delibera atender aos factos expostos pelo interessado e prorrogar o prazo para apresentação do processo de operação urbanística, apesar de o mesmo não ter sido solicitado, em 90 dias.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro declarou o seguinte:

“Aprovei o processo tendo em conta os esclarecimentos da Chefe da DOT, Dr.ª Inês Marrazes”.

15 - REQ. N. 1246/17, DATADO DE 2017/07/13 – PC N.º 171/17, DATADO DE 2017/05/03 – TRADILUSA – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA

727 - Presente requerimento n.º 1246/17, datado de 2017/07/13, constante do processo camarário n.º 171/17, subscrito por **TRADILUSA – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA**, com o NIPC 507186508, com sede em Avenida do Vidreiro, n.º 156, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Remodelação e ampliação de moradia unifamiliar com garagem e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua do Salgueiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7881 e inscrito na

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

matriz sob o artigo número 6684, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2017/06/19.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2017/08/04, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Remodelação e ampliação de moradia unifamiliar com garagem e muros de vedação”, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua do Salgueiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 7881 e inscrito na matriz sob o artigo número 6684, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2017/06/19, com o número de processo 171/17, com data de entrada em 2017/05/03, apresentado por TRADILUSA – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA, com o NIPC 507186508, com sede em Avenida do Vidreiro, n.º 156, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.

Mais delibera INFORMAR o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1336/17, DATADO DE 2017/07/27 – PC N.º 177/17, DATADO DE 2017/05/04 – TECNIJUSTA AJUSTAMENTOS E MOLDES PARA PLÁSTICOS UNIPessoal, LDA

728 - Presente pedido com o registo n.º 1336/17, datado de 27/07/2017, relativo a licenciamento de obra de alteração, ampliação e legalização de estabelecimento industrial, no prédio localizado na rua do Tojal, n.º 34, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4459 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12846, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 177/17, com data de entrada de 04/05/2017, apresentado por **TECNIJUSTA AJUSTAMENTOS E MOLDES PARA PLÁSTICOS UNIPessoal, LDA**, com o NIPC 507 561 724, com sede na rua do Tojal, n.º 34, Camarnal, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi deferido em reunião de Câmara de 22/05/2017; Presente processo de regularização extraordinária, apresentado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que mereceu parecer favorável condicionado em sede de conferência decisória realizada a 21/11/2016;

Presente informação técnica, datada de 4/08/2017 que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites.

Presente informação técnica datada de 8/08/2017, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser aprovado, propondo o seu deferimento;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo ao licenciamento de obra de alteração, ampliação e legalização de estabelecimento industrial, no prédio localizado na rua do Tojal, n.º 34, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4459 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12846, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 177/17, com data de entrada de 04/05/2017, apresentado por TECNJUSTA AJUSTAMENTOS E MOLDES PARA PLÁSTICOS UNIPessoal, LDA, com o NIPC 507 561 724, com sede na rua do Tojal, n.º 34, Camarnal, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 1159/17, DATADO DE 2017/07/05 – PC N.º 209/17, DATADO DE 2017/05/22 –
LUÍS MANUEL BARREIROS OLIVEIRA E FERNANDA MARIA PEREIRA MORAIS OLIVEIRA

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

729 - Presente requerimento n.º 1159/17, datado de 2017/07/05, constante do processo camarário n.º 209/17, subscrito por **LUÍS MANUEL BARREIROS OLIVEIRA**, com o NIF 165334460 e **FERNANDA MARIA PEREIRA MORAIS OLIVEIRA**, com o NIF 138521735, ambos residentes na rua da Ponte, n.º 24, Pedreanes, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento da obra de *“Legalização e alteração de anexo e construção de arrumo e telheiro”*, incidente sobre um prédio urbano sito na rua da Ponte, n.º 24, Pedreanes, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7097 e omissa na matriz, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião camarária datada de 2017/06/19.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2017/07/28, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Legalização e alteração de anexo e construção de arrumo e telheiro”, incidente sobre um prédio urbano sito na rua da Ponte, n.º 24, Pedreanes, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7097 e omissa na matriz, com o número de processo 209/17, com data de entrada em 2017/05/22, apresentado por LUÍS MANUEL BARREIROS OLIVEIRA, com o NIF 165334460, e FERNANDA MARIA PEREIRA MORAIS OLIVEIRA, com o NIF 138521735, ambos residentes na rua da Ponte, n.º 24, Pedreanes, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.

Mais delibera INFORMAR o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1169/17, DATADO DE 2017/07/05 – PC N.º 280/17, DATADO DE 2017/07/05 – CONDOMÍNIO DO PRÉDIO SITO NA AVENIDA 1ª DE MAIO N.º 53

730 - Presente requerimento n.º 1169/17, registado em 2017/07/05, com processo camarário n.º 280/17, referente a pedido de licenciamento de obra de alteração das fachadas do edifício sito na Avenida 1ª de Maio n.º 53, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 13084, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3748, apresentado pelo CONDOMÍNIO DO PRÉDIO SITO NA AVENIDA 1ª DE MAIO N.º 53, com o NIPC 900659378, representado por **Benoît François Josepe**, com NIP 228035775 e por **Luís Miguel Marrazes**

Figueiredo, com o NIP 200049232, na qualidade de sócios gerentes da firma **CEMPORMIL - Serviços de Administração de Condomínio, Lda**, com sede na Avenida Vítor Galo, n.º 126, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico, datado de 2017/07/26, a informar que o pedido encontrando-se apto para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o mesmo.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- **DEFERIR**, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido formulado pelo processo camarário n.º 280/17, registado em 2017/07/05, referente ao licenciamento de obra de alteração das fachadas do edifício sito na Avenida 1.ª de Maio n.º 53, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 13084, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3748, apresentado pelo **CONDOMÍNIO DO PRÉDIO SITO NA AVENIDA 1.ª DE MAIO N.º 53**, com o NIPC 900659378, representado por Benoît François Josepe, com NIP 228035775 e por Luís Miguel Marrazes Figueiredo, com o NIP 200049232, na qualidade de sócios gerentes da firma **CEMPORMIL - Serviços de Administração de Condomínio, Lda**, com sede na Avenida Vítor Galo, n.º 126, freguesia e concelho de Marinha Grande.

- **INFORMAR** o requerente do seguinte:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3- Deverá ser assegurada a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção, nos termos do disposto na alínea f) do artigo 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

19 - REQ. N. 1171/17, DATADO DE 2017/07/05 – PC N.º 281/17, DATADO DE 2017/07/05 – DUMARGEST - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.

731 - Presente requerimento n.º 1171/17, datado de 2017/07/05, constante do processo camarário n.º 281/17, subscrito por **DUMARGEST - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.**, com o NIPC 514091924, com sede em estrada das Figueiras, n.º 25, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento da obra de *“Ampliação de moradia unifamiliar e legalização de anexo e muro”*, incidente sobre um prédio urbano sito na rua 25 de Abril, n.º 32, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2278 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2340.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2017/08/02 e 2017/08/04, referentes, respetivamente, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Ampliação de moradia unifamiliar e legalização de anexo e muro”*, incidente sobre um prédio urbano sito na rua 25 de Abril, n.º 32, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2278 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 2340, com o número de processo 281/17, com data de entrada em 2017/07/05, apresentado por DUMARGEST - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA., com o NIPC 514091924, com sede em estrada das Figueiras, n.º 25, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.

Mais delibera INFORMAR o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 1257/17, DATADO DE 2017/07/14 – PC N.º 369/2017, DATADO DE 2017/07/14 - SARBLOCO - AREIAS INDUSTRIAIS, S.A.

732 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1257/17, datado de 14/07/2017, apresentado por **SARBLOCO - AREIAS INDUSTRIAIS, S.A.**, com o NIPC 500 687 056, com sede na estrada Principal, IC2, n.º 21, Casal da Fisga, freguesia e concelho de Rio Maior, solicitando a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação da sua exploração, designada como Vale da Neta, sita em Charneca, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do

artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública, sendo que as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, procederam à prorrogação do prazo e à extensão do âmbito e do regime inicialmente estabelecidos para apresentação dos processos de regularização.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito, deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização a sociedade **SARBLOCO - AREIAS INDUSTRIAIS, S.A.**, com o NIPC 500 687 056, com sede na estrada Principal, IC2, n.º 21, Casal da Fisga, freguesia e concelho de Rio Maior, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação da sua exploração, designada como Vale da Neta, sita em Charneca, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade **SARBLOCO - AREIAS INDUSTRIAIS, S.A.**, com o NIPC 500 687 056, com sede na estrada Principal, IC2, n.º 21, Casal da Fisga, freguesia e concelho de Rio Maior, possui uma exploração que se dedica à extração e tratamento de areias e à comercialização de blocos e fabricados de betão, que pretende ampliar;
- As ampliações efetuadas destinam-se a aumentar a área de extração, melhorando as condições de trabalho e de produção nas instalações existentes;
- Depois de ampliada, a exploração irá abranger uma área de 135.000,00 m2;
- A exploração localiza-se em espaço não urbanizável e a ampliação pretendida situa-se sujeita a servidões e restrições de utilidade pública decorrentes da reserva ecológica nacional (REN), reserva agrícola nacional (RAN), domínio público hídrico, rede eléctrica

nacional (REN), área de desobstrução da servidão aeronáutica da BA5, rede de gás (gasoduto de 1º escalão), e na proximidade da A8.

- A sociedade iniciou a sua atividade nestas instalações em 1977, integrando atualmente o grupo Parapedra;
- Emprega 7 pessoas nos seus quadros;
- A deslocalização do estabelecimento afastaria a exploração da área onde se localizam os inertes que explora, o que inviabilizaria a sua própria existência;
- A ampliação em causa destina-se a garantir melhores condições de produção;
- A sua manutenção é, também, garantia da manutenção dos postos de trabalho, circunstância relevante numa época em que o desemprego continua a assumir valores muito elevados;
- A exploração em causa fornece de matéria prima as principais indústrias vidreiras do concelho e da região, garantindo que os custos económicos e ambientais se mantenham reduzidos;
- Todos esses fatores contribuem para que a ampliação, já descrita, do estabelecimento assuma um interesse público municipal que importa reconhecer;

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, SUBMETTER à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação da exploração da pedreira correspondente à unidade designada como Vale da Neta, sita em Charneca, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de SARBLOCO - AREIAS INDUSTRIAIS, S.A., com o NIPC 500 687 056, com sede na estrada Principal, IC2, n.º 21, Casal da Fisga, freguesia e concelho de Rio Maior.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente tendo em conta me foi transmitido pela Dr.ª Inês Marrazes que esta é uma situação enquadrável no art.º 2 do Aviso n.º 1313/2017 (2.ª Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande) e do PPZI também este alterado.”

21 - REQ. N. 1258/17, DATADO DE 2017/07/14 – PC N.º 370/2017, DATADO DE 2017/07/14
- GLASSMUNDI - VIDROS DO MUNDO UNIPESSOAL LDA

Processo retirado da ordem do dia.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

22 - REQ. N. 1291/17, DATADO DE 2017/07/20 – PC N.º 375/2017, DATADO DE 2017/07/20 - DECABLAST, LDA

Processo retirado da ordem do dia.

23 - REQ. N. 1421/17, DATADO DE 2017/08/10 – PC N.º 323/14, DATADO DE 2014/09/26 – LÚCIO GONÇALVES DA SILVA

733 - Presente requerimento n.º 1287/17, datado de 2017/07/20, constante do processo camarário n.º 323/14, subscrito por **LÚCIO GONÇALVES DA SILVA**, com o NIF 208153705, com residência em Rue de La Poste, n.º 1, Chavanoz, França, a **solicitar informação prévia relativa à viabilidade de “Construção de edifício de habitação”**, composto por quatro fogos, incidente sobre um prédio sito na rua das Hortinhas, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, omissa na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande e omissa na matriz.

Presente deliberação camarária datada de 2017/07/28, pela qual foi proferido projeto de indeferimento da pretensão, comunicado ao requerente em sede de audiência prévia, dado que, em eventual pedido de licenciamento a apresentar nos moldes propostos, o mesmo seria passível de indeferimento, nos termos do previsto na alínea *a*) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Edificação e Urbanização - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, porque violaria normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:

1. O n.º 1 do art. 10.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, ao não prever o alinhamento da construção paralelo ao eixo da via pública, sendo que o alinhamento em “segunda linha de construção”, em nada contribui para o correto ordenamento do território.
2. O art. 62.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, ao não assegurar a constituição de logradouro a tardo da edificação, com uma largura mínimo de 6 metros.

Presente requerimento n.º 1421/17, datado de 2017/08/10, através do qual o requerente comunica não se opor ao indeferimento da pretensão.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2017/08/10, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos constantes do processo, a Câmara delibera INFORMAR SER INVIÁVEL a pretensão requerida, visto que, num eventual pedido de licenciamento a apresentar nos termos propostos, o mesmo seria passível de indeferimento, fundamentado na alínea *a*) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de

16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, porque violaria normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:

1. O n.º 1 do art. 10.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, ao não prever o alinhamento da construção paralelo ao eixo da via pública, sendo que o alinhamento em *“segunda linha de construção”*, em nada contribui para o correto ordenamento do território.
2. O art. 62.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, ao não assegurar a constituição de logradouro a tardoz da edificação, com uma largura mínimo de 6 metros.

Delibera ainda, nos termos do n.º 4 do art. 16.º do RJUE, INFORMAR o requerente que a eventual viabilidade de ocupação do prédio em causa, só poderá aferir-se, desde que integrada num estudo de conjunto abrangendo outros prédios confinantes, conforme prevê o n.º 3 e n.º 4 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, ao referir:

“3 - Nas áreas livres e de expansão dentro dos perímetros urbanos, até à conclusão dos planos municipais de ordenamento, só é autorizado o licenciamento de novas construções na continuidade da existente e quando o lote ou a área a lotear disponha de infraestruturas ou ainda se a área for abrangida por estudo de conjunto onde sejam definidas a malha edificada e a rede viária.

4 - Nas áreas livres e de expansão a abertura de novos arruamentos só é permitida desde que considerada em plano municipal de ordenamento ou estudo de conjunto da área abrangida.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 719/17, DATADO DE 2017/04/26 – PC N.º 59/17, DATADO DE 2017/02/15 – ANA LÚCIA MESQUITA ROQUE E TIAGO EMANUEL DA SILVA GODINHO

734 - Presentes requerimentos n.º 262/17 e n.º 719/17, registados em 2017/02/15 e 2017/04/26, respetivamente, do processo camarário n.º 59/17, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e obra de construção de muro, com obra de demolição de muro existente integrado no procedimento, a erigir no prédio urbano sito no Beco da Fonte dos Ingleses, no lugar do Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 18061, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7193, apresentado por ANA LÚCIA MESQUITA ROQUE, com o NIF 209622008 e por TIAGO EMANUEL DA SILVA GODINHO, com o NIF 233206191, residentes na Travessa da Rua 1, n.º 5, 1.ºH, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico datado de 2017/08/08, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelos requerimentos n.º 262/17 e n.º 719/17, registados em 2017/02/15 e 2017/02/26, respetivamente, do processo camarário n.º 59/17, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e obra de construção de muro, com obra de demolição de muro existente integrado no procedimento, a erigir no prédio urbano sito no Beco da Fonte dos Ingleses, no lugar do Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 18061, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7193, apresentado por Ana Lúcia Mesquita Roque, com o NIF 209622008 e por TIAGO EMANUEL DA SILVA GODINHO, com o NIF 233206191, residentes na Travessa da Rua 1, n.º 5, 1.ªH, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como o parecer técnico de 2017/08/08, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR os requerentes, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o mesmo violar norma regulamentar aplicável, nomeadamente, o Regulamento do Plano Diretor Municipal, por a construção projetada traduzir o.gi de índice bruto de construção, largamente superior ao valor máximo de 0.6 fixado no n.º 8 do artigo 5.º do regulamento do PDM, incidente na área do prédio situada no Aglomerado Urbano da Marinha Grande - Restante Área Urbana.

Delibera ainda INFORMAR:

- 1- A ficha de estatística não se apresenta devidamente preenchida, quanto ao tipo de edifício;
- 2- A construção de muros laterais e posteriores, quando não enquadrados nas características descritas nas alíneas i), ii) e p) do n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande - RMEUMMG, a sua construção compreende obra sujeita a controlo prévio, conforme alínea c) do n.º 2 do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.
- 3- Os desenhos n.º 10.1, n.º 11.1 e n.º 12.1 indicam diferentes cotas altimétricas, quer para o espaço público quer para o terreno.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N. 1296/17, DATADO DE 2017/07/21 – PC N.º 119/17, DATADO DE 2017/03/21 – CARLOS ALEXANDRE BENTO CAPELA E ISABEL VITÓRIA ALCOBIA CAMAÑO GARCIA CAPELA

735 - Presentes requerimentos n.º 551/17 e n.º 1296/17, registados em 2017/03/31 e em 2017/07/21, respetivamente, com processo camarário n.º 119/17, referente a pedido de licenciamento (legalização) de obras de ampliação da moradia, erigida no prédio urbano sito na Avenida do Farol, n.º 13, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 4799, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8410, apresentado por CARLOS ALEXANDRE BENTO CAPELA, com o NIF 146065891 e por ISABEL VITÓRIA ALCOBIA CAMAÑO GARCIA CAPELA, com o NIF 136211470, residentes na Travessa da Quinta de São Romão, n.º 126, Leiria.

Presente parecer técnico, datado de 2017/07/25, que refere da incompatibilidade do projeto com normas regulamentares aplicáveis.

Após análise do processo camarário n.º 119/17, registado em 2017/03/31, referente ao pedido de licenciamento (legalização) de obras de ampliação da moradia, erigida no prédio urbano sito na Avenida do Farol, n.º 13, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 4799, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8410, apresentado por CARLOS ALEXANDRE BENTO CAPELA, com o NIF 146065891 e por ISABEL VITÓRIA ALCOBIA CAMAÑO GARCIA CAPELA, com o NIF 136211470, residentes na Travessa da Quinta de São Romão, n.º 126, Leiria, bem como o parecer técnico, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR os requerentes, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por o mesmo violar norma regulamentar aplicável, nomeadamente o disposto no n.º 1 do artigo 64.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande- RMEUMMG, por não demonstrarem o licenciamento de edificação (anexo) existente no prédio, representado nas *Plantas - Implantação/Cobertura, Desenhos n.º 1, n.º 2 e n.º 3* do projeto, bem como na cartografia à escala 1:2000 do município, tão pouco completaram o processo para em simultâneo legalizar o edifício na sua totalidade.

Delibera ainda INFORMAR:

- 1- O requerimento n.º 1296/17, registado em 2017/07/21, é subscrito apenas por um dos proprietários, CARLOS ALEXANDRE BENTO CAPELA, não sendo demonstrada a atribuição dos poderes necessários para agir em representação do outro titular, conforme alínea a) do n.º 17 da Portaria 113/2015, de 22/04.
- 2- É extemporâneo o pedido formulado pelo requerimento n.º 1296/17, em 2017/07/21, com vista à prorrogação em mais 60 dias, para além do prazo de 15 dias conferido aos interessados pelo ofício n.º 665/17, datado de 2017/06/21, rececionado em 2017/06/29, com término em 2017/07/20, para completarem a adequada instrução do processo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

**26 - REQ. N. 1265/17, DATADO DE 2017/07/17 – PC N.º 180/17, DATADO DE 2017/05/05 –
CARLOS MANUEL RODRIGUES CRESPO**

Sobre o processo a **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro**, tendo consultado o processo físico, questionou o seguinte:

“Por um lado a técnica considera o prazo excessivo. Por outro, acha-o razoável dado o proprietário assumir as irregularidades do processo, possibilitando-se que “de livre vontade, assegure a reposição da legalidade urbanística.... No que é que ficamos?”

Dado que se encontrava presente na reunião, a **Dr.ª Inês Marrazes** informou que a deliberação se encontra nos termos da lei.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

736 - Presente requerimento n.º 1265/17, registado em 2017/07/17, com processo camarário n.º 180/17, registado em 2017/05/05, apresentado por **CARLOS MANUEL RODRIGUES CRESPO**, com o NIF 152795014, residente na Rua da das Acácias, n.º 25, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, **a solicitar a concessão de mais 90 dias**, para além do prazo de 15 dias conferidos em fase de Audiência Prévia do processo para sanar as questões que motivaram o projeto de indeferimento do pedido de licenciamento com vista à legalização da obra de construção de um muro de vedação construído sem o necessário ato administrativo de controlo prévio.

Presente parecer da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território datado de 2017/07/25.

Depois de analisar a solicitação formulado por CARLOS MANUEL RODRIGUES CRESPO, com o NIF 152795014, residente na Rua da das Acácias, n.º 25, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com vista à concessão de mais 90 dias, para além do prazo de 15 dias, conferidos em fase de Audiência Prévia do processo camarário n.º 180/17, registado em 2017/05/05, para sanar as questões que motivaram o projeto de indeferimento do pedido de licenciamento, com vista à legalização da obra de construção de um muro de vedação concretizada sem o necessário ato administrativo de controlo prévio, bem como o parecer da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, datado de 2017/07/25, e, considerando que para além do muro existem outras construções para legalizar, a Câmara Municipal delibera ALARGAR O PRAZO em mais 90 dias.

Delibera ainda INFORMAR o requerente que o prazo alargado tem término em 2017/11/23.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Entendi aprovar tendo em conta a proposta de deliberação apresentada pela Dr.ª Inês Marrazes e o facto de, presencialmente, ela ter referido que a deliberação se encontra nos termos da lei.”

27 - REQ. N. 1267/17, DATADO DE 2017/07/18 – PC N.º 139/16, DATADO DE 2016/04/19 – REINALDO MANUEL PEREIRA MESQUITA

737 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1267/17, datado de 2017/07/18, apresentado por **REINALDO MANUEL PEREIRA MESQUITA**, com o NIF 159871239, com residência em Rua das Raízes, n.º 9, Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, a **solicitar a concessão da autorização de utilização** para o edifício, sito na Rua das Raízes, n.º 9, Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de alteração de moradia e construção de anexo e piscina, legalizadas no âmbito do processo n.º 139/16, tituladas pelo Alvará de Licença de Legalização n.º , emitido em 30/04/2015.

Presente parecer, datado de 2017/08/09, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera DESIGNAR a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Raízes, n.º 9, Casal Galego, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de REINALDO MANUEL PEREIRA MESQUITA, com o NIF 159871239, com morada no referido local, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

2) Membros suplentes
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**28 - I/2135/2017, I/2130/2017 E I/2131/2017 – CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO EDIFÍCIO
SITO NA AVENIDA VÍTOR GALLO, N.º 9, MARINHA GRANDE**

738 - No âmbito dos atendimentos efetuados no período para intervenção e esclarecimento do público, realizado na reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande, realizada no dia 2017/07/28, solicitados por CHRISTOPHE VINDEIRINHO, com o NIF 221 177 752, residente em Avenida Marquês de Pombal, n.º 12 – 3.º Dt.º, Leiria, união de freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes e concelho de Leiria, na qualidade de lesado; JOÃO DA ENCARNAÇÃO CRUZ, com o NIF 131 475 487, residente em Avenida Vítor Gallo, n.º 9 – 3.º O, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de proprietário de uma das frações autónomas do referido prédio e MÁRIO JOSÉ NOGUEIRA MONTEIRO, com o NIF 116 845 406, residente em Avenida Vítor Gallo, n.º 9 – 4.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de administrador do condomínio do edifício, a coberto dos pedidos registados com os n.º I/2135/2017, de 2017/07/26; I/2130/2017, de 2017/07/26 e I/2131/2017, de 2017/07/26, respetivamente, foi o Município questionado sobre a segurança do edifício sito na AVENIDA VÍTOR GALLO, N.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer dos serviços, datado de 2017/08/08, sobre o assunto.

Após análise da informação, datada de 2017/08/08, a Câmara Municipal delibera:
Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito AVENIDA VÍTOR GALLO, N.º 9, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo lesado e pelo administrador do condomínio.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 2017/09/06, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Luís Silva

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

NOTIFICAR o lesado e o administrador do condomínio do referido prédio da realização da vistoria, convocando-o para estar presente na mesma, uma vez que poderão existir anomalias nas partes comuns do imóvel.

INFORMAR o lesado, bem como o administrador do condomínio, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - REQ. N. 1272/16, DATADO DE 2016/07/25 – PC N.º 304/16, DATADO DE 2016/07/25 – MARISA ISABEL PIMENTA GOMES

739 - Presente **pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício** sito na área de Reabilitação Urbana do Centro da Marinha Grande, para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **MARISA ISABEL PIMENTA GOMES**, com o NIF 224 316 990, residente no largo da Alegria, n.º 14, freguesia e concelho da Marinha Grande, respeitante ao edifício sito no, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20229 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20126-P.

Presente Auto de vistoria datado de 01/08/2017, relativo à vistoria realizada em 31/08/2016.

Após análise da pretensão e do auto de vistoria mencionado a Câmara delibera:
INFORMAR a requerente que, tendo em conta os critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como o preenchimento da ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma legal, e conforme auto de vistoria datado de 01/08/2017, ao imóvel sito n.º 16 do Largo da Alegria, no n.º 2 da rua José Ferreira Custódio Júnior e no n.º 1 da rua António Campos Júnior, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20229 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20126-P, propriedade de MARISA ISABEL PIMENTA GOMES, com o NIF 224 316 990, residente no largo da Alegria, n.º 14, freguesia e concelho da Marinha Grande, é atribuído o estado de conservação PÉSSIMO, correspondendo-lhe o índice de anomalias 1,31.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente atendendo ao parecer do Arqt.º Alexandre Fava que consta do processo.”

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

30 - REQ. N. 1249/17, DATADO DE 2017/07/13 – PC N.º 38/15, DATADO DE 2015/02/09 – TENDÊNCIA DE SUCESSO, LDA

Sobre o processo a **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** começou por referir:

“Não decido sem parecer técnico. Porquê? Porque não sei se a lei prevê enquadramento legal para, face aos fundamentos apresentados pelo requerente, e se é possível revogar a intenção de declaração de caducidade deliberada na reunião de 19.06.2017.”

A **Chefe da DOT, Dr.ª Inês Marrazes**, explicou que estes processos não são instruídos com parecer técnico porque, do ponto de vista técnico, se deve propor a declaração de caducidade. Contudo, tem sido entendimento do executivo permitir aos cidadãos regularizar as suas situações.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que lhe parece não haver violação de qualquer princípio legal na aceitação dos fundamentos invocados na audiência prévia da intenção de caducidade do processo deliberado em 19/06/2017, pelo que colocou à Chefe da DOT a seguinte questão: há alguma violação de qualquer norma legal?

A **Chefe da DOT, Dr.ª Inês Marrazes** referiu que, tal como foi explicado em 2013, em termos legais não há como não declarar a caducidade, mas em 2013 houve aqui um entendimento diferente.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** disse que o órgão delibera aceitar ou não, não faz considerandos. Assim, não tem condições para aprovar.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que esta proposta é da responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** disse que não concorda com esta visão, e atenta ao facto de, presencialmente, a Chefe da DOT ter referido que *“estes processos não são instruídos com parecer técnico porque do ponto de vista técnico deve propor-se a declaração da caducidade. Contudo, tem sido entendimento do executivo permitir aos cidadãos regularizar as suas situações”*, entende abster-se.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

740 - Presentes alegações escritas apresentadas em sede de audiência prévia, através do requerimento com o registo de entrada n.º 1249/17, datado de 13-07-2017 pela sociedade **TENDÊNCIA DE SUCESSO, LDA**, com sede na rua do Arieiro, 2 r/cesq., loja B, freguesia de Marrazes e Barosa, concelho de Leiria, com o NIF 510645313, ia, na sequência da notificação do conteúdo da deliberação de 19-06-2017, em que a Câmara Municipal manifestava a intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 29-10-2015, para realização de obras de alteração, para instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas.

Considerando que:

- Tendência de Sucesso, Lda, apresentou, através da sua gerente Helena Maria Pereira Augusto, alegações escritas, registadas sob o n.º 1249/17, de 13-07-2017, na sequência da notificação do conteúdo da deliberação de 19-06-2017, em que a Câmara Municipal manifestava a intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 29-10-2015, para realização de obras de alteração, para instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas.
- Pela gerente foi referido que o seu ex-companheiro era quem “geria” o estabelecimento e que estava convencida que o mesmo teria tratado de todos os assuntos relacionados com a emissão da licença de construção;
- Prestam serviço no estabelecimento comercial, 6 trabalhadores;
- A gerente da interessada solicitou que não fosse declarada a caducidade da licença, pois encontrava-se disponível para requer o respetivo alvará de construção;
- A Câmara Municipal tem vindo a deliberar não declarar a caducidade das respetivas licenças, nos procedimentos de controlo prévio de operações urbanísticas, em que se encontra apenas em falta o pedido para emissão do alvará de construção;
- Este tipo de decisões suporta-se na circunstância de não se pretender criar obstáculos na regularização das situações, sempre que os interessados manifestem a vontade de apresentarem requerimento para o efeito, como é o caso;
- Concorrem, ainda, para a tomada dessas decisões fatores de ordem económica, como os gastos acrescidos que os interessados teriam de assumir e suportar, com a apresentação de um novo pedido de licenciamento, caso fosse declarada a caducidade, num contexto de relançamento da economia importante para o concelho;

A Câmara Municipal delibera não declarar a caducidade da licença concedida a 29-11-2015, concedida a TENDÊNCIA DE SUCESSO, LDA, com o NIF 510064513, com sede na rua do Arieiro, 2 r/cesq., loja B, freguesia de Marrazes e Barosa, concelho de Leira, no âmbito do processo de licenciamento n.º 38/15, de que é titular, de obras de alteração para instalação de um estabelecimento de restauração e bebidas nas frações “C” e “H” do edifício sito na avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 14, pelos motivos já expostos, mantendo-se, por isso, os efeitos da dita licença, devendo ser apresentado requerimento para emissão do respetivo alvará de construção no prazo de 10 dias.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Abstenção porque o processo não tem parecer técnico que suporte a legalidade da deliberação.”

31 - E/5758/2017 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

741 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/5758/2017, datado de 2017/06/19, de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua do Portinho, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 1,80 metros em pavimento em semi-penetração e na Rua 1.ª de Dezembro, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 2,7 metros em pavimento da faixa de rodagem em betão betuminoso com cortes e reparações.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 2017/07/11, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

1 - Emitir parecer **FAVORÁVEL** ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua do Portinho, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 1,80 metros em pavimento em semi-penetração e na Rua 1.ª de Dezembro, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 2,7 metros em pavimento da faixa de rodagem em betão betuminoso com cortes e reparações, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - REQ. N. 1150/17, DATADO DE 2017/07/03 – PC N.º 298/11, DATADO DE 2011/08/01 – EUTAMARI – REPARAÇÃO DE MOLDES PARA A INDÚSTRIA, UNIPESSOAL, LDA

742 - Presente requerimento registado sob o n.º 1150/17, datado de 03-07-2017, apresentado por **EUTAMARI – REPARAÇÃO DE MOLDES PARA A INDÚSTRIA, UNIPESSOAL, LDA**, com sede na Rua 43, n.º 2 B, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, em que anexou

declaração do Instituto da Segurança Social, IP, respeitante ao número e identificação dos trabalhadores que possuía ao seu serviço em agosto de 2016, bem como cópia da escritura de compra e venda, mútuo com hipoteca e fiança, celebrada no dia 30-08-2016, entre a referida sociedade e os sócios gerentes, em representação da sociedade Rbdrinks Portugal, Lda.

Considerando que:

- **EUTAMARI – REPARAÇÃO DE MOLDES PARA INDÚSTRIA, UNIPessoal LDA**, que celebrou com o Município da Marinha Grande o contrato de apoio ao investimento industrial com o n.º 38/2013 veio, em 03-04-2017, através do requerimento registado sob o n.º 562/17, apresentar declaração do Instituto da Segurança Social, IP, tal como lhe foi solicitado através do ofício n.º 272/17, de 14-03-2017, desta Câmara Municipal;
- A dita declaração, por se referir ao mês de setembro de 2016, não comprovava que, a 30-08-2016, volvido um ano sobre o início da laboração da unidade industrial, sita na Rua da Indústria Metalúrgica, n.º 134, Lugar da Pedrulheira, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, a sociedade acima referida mantinha os dois postos de trabalho a que estava obrigada por força do mencionado contrato;
- Na sequência de notificação, a interessada apresentou uma nova declaração daquele Instituto, respeitante ao mês de agosto de 2016, sendo nela mencionado que no dia 31 desse mesmo mês, a interessada tinha ao seu serviço 12 trabalhadores;
- Por escritura pública de 30-08-2016, no término do referido contrato de apoio ao investimento industrial, a interessada transmitiu a Rbdrinks Portugal, Lda, o prédio, sito na Rua da Indústria Metalúrgica, n.º 134, Pedrulheira, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, não tendo o negócio prejudicado o cumprimento do mencionado contrato de apoio;
- À data da celebração deste último estavam ao seu serviço 7 trabalhadores, sendo que de acordo com a aludida declaração, em agosto de 2016 possuía mais 5.
- A interessada manteve sempre um número superior de trabalhadores ao que estava estabelecido na alínea a) do n.º 1 da cláusula 3.ª do contrato em causa, que a obrigava, apenas, a criar 2 postos de trabalho;
- As condições acordadas no mencionado contrato foram cumpridas;

Terminado o período de vigência do contrato de apoio ao investimento industrial com o n.º 38/2013, celebrado entre o Município e EUTAMARI – REPARAÇÃO DE MOLDES PARA INDÚSTRIA, UNIPessoal LDA, com o NIPC 506978850, com sede na Rua 43, 2.ª B, Trutas, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera CONSIDERAR CUMPRIDA a obrigação estipulada no n.º 1 da cláusula 6.ª do referido contrato de apoio, de manutenção dos postos de trabalho contratualizados pelo período de um ano, dando por concluído o processo de concessão de benefícios, em contrapartida da realização de investimentos industriais e subsequente criação de dois postos de trabalho, por parte da referida sociedade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente atendendo à proposta de deliberação apresentada pela Dr.ª Madalena Oliveira no parecer técnico, a qual consta do processo.”

33 - E/2615/2017 – PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINAL DE ESTACIONAMENTO DE CARGAS E DESCARGAS NA RUA DO REPOUSO, N.º 12 – R/C DT.º - MARINHA GRANDE

743 - Presente documento E/2615/2017, solicitando a colocação de um sinal de estacionamento de cargas e descargas na Rua do Repouso n.º 12 - R/c Dt.º - Marinha Grande.

Presente informação técnica RV-15-2017, de 2016/10/04, a propor uma solução para o caso.

Considerando que:

- Existe uma gare de estacionamento com capacidade para o estacionamento de duas viaturas em frente ao prédio onde se localiza a loja, pelo que não se vê inconveniente na utilização de um dos lugares para cargas e descargas.
- Os serviços técnicos camarários analisaram a questão e propõem a colocação de um sinal de informação de estacionamento autorizado – H1a e um painel adicional modelo 10b – Cargas e Descargas, conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 22-A/98. Propõem ainda a colocação do sinal, num lugar da gare de estacionamento em frente à loja.

A Câmara Municipal, depois de analisar a referida exposição, bem como a solução apresentada pelos serviços técnicos camarários, delibera, ao abrigo da alínea qq) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 72/2013, de 03 de setembro e 146/2014, de 09 de outubro, MANDAR colocar um sinal de informação de estacionamento autorizado - H1a e um painel adicional modelo 10b – Cargas e Descargas, conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 22-A/98. Propõem ainda a colocação do sinal, num lugar da gare de estacionamento em frente à loja.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO “REMODELAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DA MARINHA GRANDE”

Sobre este assunto registaram-se as seguintes intervenções:

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** levantou a questão referente à ausência de parecer técnico dos serviços, através do qual é possível aos decisores tomar uma posição sobre o processo conscientes de que o mesmo se encontra bem instruído e tecnicamente bem elaborado.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que mais do que os pareceres dos técnicos, são importantes os pareceres de quem lá trabalha, e parece-lhe que há divergências com os autores do projeto. É uma situação que ultrapassa a Câmara, mas que parece, segundo aquilo que tem vindo a falar com algumas pessoas, que o projeto poderia ser algo diferente, para melhor, e mais operacional.

O **Sr. Presidente** informou que este projeto é da ARS.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que esteve em diversas reuniões e nunca houve qualquer abordagem sobre a alteração de projeto. Houve sugestões, que os técnicos foram tomando nota, daí esta deliberação e a revogação da anterior deliberação.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que se assim é só se pode congratular, e que, em princípio, não haverá disfunções de funcionamento do Centro de Saúde da Marinha Grande.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

744 - Presente projeto de execução, remetido no dia 06 de junho do corrente ano, pela Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. – Departamento de Instalações e Equipamentos, à Câmara Municipal da Marinha Grande, que visa a Remodelação parcial do Centro de Saúde da Marinha Grande, sito na Av. Eng.º Arala Pinto, freguesia e concelho da Marinha Grande.

A intervenção proposta, mapeada em lista de investimentos previstos para os Cuidados de Saúde Primários, referente ao Programa Operacional Regional CENTRO 2020, visa a reformulação parcial do piso térreo e a integral do piso 1, sob trabalhos de reconversão espacial, necessários para a criação de novas unidades funcionais, nomeadamente USF's e UCC's. Em simultâneo, serão assegurados demais trabalhos de requalificação do equipamento existente, nomeadamente, a sua pintura exterior, a revisão/ reabilitação das suas coberturas e tratamento da envolvente exterior.

O presente projeto de execução assegura o cumprimento integral das disposições contidas no Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho e outras normas técnicas e legislação em vigor.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou todos os elementos constantes do projeto de execução que visa a “Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande”, sito na Av.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Eng.º Arala Pinto, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado pela A.R.S.C, I.P. – Departamento de Instalações e Equipamentos, e delibera aprovar o referido projeto de execução, de acordo com o disposto no artigo 33º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais delibera revogar a deliberação tomada em reunião de câmara de 20 de outubro de 2016, nos termos do disposto no artigo 169º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Saúdo esta decisão do executivo em aprovar o projeto de execução referente às obras de remodelação do centro de Saúde da Marinha Grande. Mais recomendo que, dado o estado atual dos cuidados de saúde no concelho, que este processo seja acompanhado pelo esforço da melhoria da prestação dos cuidados de saúde à população”.

35 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

745 - A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Capela da Garcia, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização das festas em honra dos padroeiros Sta Bárbara e S. Sebastião a realizar no dia 24 de setembro de 2017;
- Autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
- Licença de publicidade.

A Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização das festas da coletividade a realizar nos dias 08, 09 e 10 de setembro de 2017;
- Licença de Recintos Improvisados;
- Autorização para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas.
- Licença de publicidade.

A Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de janeiro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização das festas da Ordem 2017 a realizar nos dias 15, 16 e 17 de setembro de 2017;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Presentes as informações nº 66/LS e 67/LS de 31 de julho de 2017 e a informação 68/LS de 10 de agosto de 2017, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Capela da Garcia, a Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio e a Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de janeiro, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas, das licenças de instalação e funcionamento de recintos Itinerantes e improvisados, das licenças de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Sou da opinião de que este processo deve ser objeto de deliberação do órgão deliberativo do Município.”

36 - DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES

746 - Nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, o exercício da atividade de comércio a retalho não sedentário fica sujeito às disposições do capítulo II do diploma, onde, no artigo 79.º n.º 1 conjugado com o artigo 81.º n.º 1, se estabelece que no regulamento deve constar, nomeadamente, a indicação das zonas e locais autorizados à venda ambulante, os horários autorizados e as condições de ocupação.

Em consonância com o estabelecido legalmente, o artigo 17.º do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, prevê que o exercício da atividade de venda ambulante é autorizado em toda a área do município com carácter essencialmente itinerante ou nos locais fixos, para o comércio das categorias de produtos e para o número de vendedores ambulantes, previstos no Anexo I do Regulamento;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

O artigo 20.º n.º 1 do citado Regulamento estabelece que a atribuição do direito de uso do espaço público para o exercício da venda ambulante em local fixo, é feita por sorteio.

Paralelamente, o n.º 2 do mesmo artigo prevê um regime excecional para os locais aos quais, à data da entrada em vigor do Regulamento, já tenha sido atribuído o direito de uso do espaço público, desde que os detentores possuam título de exercício de vendedor ambulante emitido pela Direção Geral das Actividades Económicas;

De acordo com os lugares previstos no Anexo I do Regulamento, estão disponíveis quatro lugares, na Av. Dr. José Henriques Vareda (junto ao Estádio Municipal) para unidades móveis de restauração e bebidas de caráter não sedentário.

Através do requerimento E/4089/2017 e E/4088/2017, Francisco José Feliciano Baptista e Carlos Alberto Marques Pereira, respetivamente, solicitaram a atribuição de um lugar para o exercício da atividade de prestação de serviços de restauração e bebidas de caráter não sedentário, no local identificado.

Após a análise dos pedidos, a Câmara Municipal, ao abrigo do n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, delibera atribuir um lugar a Francisco José Feliciano Baptista e um lugar a Carlos Alberto Marques Pereira, na Av. Dr. José Henriques Vareda (junto ao Estádio Municipal) para a prestação de serviços de restauração e bebidas com caráter não sedentário, atendendo que a venda ambulante nos locais fixos indicados respeita a tipologia de produtos fixada, tem sido exercida pelos interessados, de forma permanente e de acordo com a organização do espaço estabelecida pela Câmara Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

37 - REVOGAÇÃO PARCIAL DA DELIBERAÇÃO DE 21 DE JULHO DE 2016 - CEMITÉRIO MUNICIPAL-ABANDONO DE SEPULTURAS - SEPULTURA 2174

747 - A Câmara Municipal, em 22 de dezembro de 2014, ao abrigo da competência prevista no artigo 33.º, n.º 1, alínea KK) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 2.º, alínea m), do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, na redação atual, na qualidade de entidade responsável pela Administração dos cemitérios municipais, deliberou, nos termos do artigo 43.º, n.º 1, do Regulamento dos Cemitérios Municipais, afixar editais nos lugares habituais e publicitar avisos em dois jornais regionais editados na área do Município, para que os concessionários e demais interessados, no prazo de 60 dias, reinvidicassem os seus direitos sobre as sepulturas perpétuas identificadas, sob pena de serem declaradas prescritas a favor do Município da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Através do Edital n.º 9/DAM/2015, de 10 de abril de 2015, foram citados todos os interessados que dispunham de 60 dias a contar da data da publicação do edital para reivindicarem os seus direitos sobre as sepulturas perpétuas.

O Edital foi publicitado no Jornal da Marinha Grande e na Região de Leiria, no dia 23 de abril de 2015. No mesmo dia foram colocadas placas com a menção de “abandonada” em todas as sepulturas nessas condições, identificação que se manteve até à data em que foi deliberada a prescrição.

No seguimento da publicitação do edital, foram reivindicados os direitos sobre 45 sepulturas perpétuas do cemitério da Marinha Grande.

Em 21 de julho de 2016, a Câmara Municipal, e no que respeita às sepulturas cujos concessionários ou seus representantes não fizeram cessar a situação de abandono, a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista no artigo 33.º, n.º 1 da alínea kk) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, artigo 2.º, alínea m), do Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, na redação atual, e artigo 44.º, n.º 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais, declarou a sua prescrição, nos termos do disposto no artigo 44º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e, consequentemente, a sua perda a favor do município.

Em cumprimento do estabelecido no artigo 47º do citado Regulamento, foi dada a devida publicidade através do Edital n.º 18/DAM/2016, de 10 de agosto de 2016, publicado no Jornal da Marinha Grande e no Região de Leiria, no dia 8 de setembro de 2016.

Em 20 de abril de 2017, Alda de Oliveira Silva Mesquita veio solicitar a revogação da decisão de prescrição e caducidade de direito de concessão, alegando que por motivo de doença esteve impedida de se deslocar ao cemitério.

A declaração de prescrição, a favor do Município, das sepulturas perpétuas em que, de forma inequívoca e duradoura, se manteve o desinteresse na sua conservação ou manutenção, fundou-se primordialmente em razões de polícia sanitária e de administração dos espaços cemiteriais.

É um facto que estes requerentes não zelaram pela garantia da boa conservação das sepulturas. No entanto, importa realçar que o interesse fundamental da concessão de sepulturas, é a possibilidade de preservar a privacidade dos restos mortais dos familiares que vão falecendo e consolidar para os vindouros todo o memorial relativamente aos seus antepassados.

Neste sentido, atendendo aos princípios relacionados com o culto dos mortos, orientada por critérios de dignidade e de respeito pelo espírito familiar e uma vez que a perpetuidade das concessões não colide com a organização cemiterial, a Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 165.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, delibera revogar

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

parcialmente a Deliberação n.º 444 , datada de 21 de julho de 2016, no que respeita, concretamente, à declaração de prescrição e caducidade do direito à concessão da sepultura 2174 do cemitério da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - EMPREITADA DE: REQUALIFICAÇÃO DA EB GUILHERME STEPHENS – CONCURSO PÚBLICO N.º 16/2017 – ADJUDICAÇÃO

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** voltou a questionar porque razão os processos chegam a reunião e não têm parecer técnico assinado ou despacho da respetiva chefia.

O **Sr. Presidente** disse que vai ver, mas talvez se deva ao facto de a chefia estar de férias. **Seguidamente colocou a votação a seguinte proposta:**

748 - Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada de “Requalificação da EB Guilherme Stephens”, em que se integram os relatórios preliminar e final, propondo a adjudicação da empreitada à proposta apresentada pelo concorrente Valeixa – Construção Civil, Lda., pelo valor de 408.833,20 € (quatrocentos e oito mil, oitocentos e trinta e três euros e vinte cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 150 dias.

A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos e concordando com os fundamentos de fato e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar a empreitada de “Requalificação da EB Guilherme Stephens” à proposta apresentada pelo concorrente Valeixa – Construção Civil, Lda., pelo valor de 408.833,20 € (quatrocentos e oito mil, oitocentos e trinta e três euros e vinte cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 150 dias, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais delibera designar como diretora de fiscalização a Eng.ª Ludmila Ferreira, que será coadjuvada pelo Eng.º Jorge Junqueira e pelo Eng.º Telmo Faria, nos termos do artigo 344.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - EMPREITADA DE: REQUALIFICAÇÃO DA RUA ESQUERDA E RUA DA ALMOINHA VELHA – CONCURSO PÚBLICO N.º 20/2017 - ADJUDICAÇÃO

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** voltou a questionar porque razão os processos chegam a reunião e não têm parecer técnico assinado ou despacho da respetiva chefia.

O **Sr. Presidente** disse que vai ver, mas talvez se deva ao facto de a chefia estar de férias.
Seguidamente colocou a votação a seguinte proposta:

749 - Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada de “Requalificação da Rua Esquerda e Rua da Almoinha Velha”, em que se integram os relatórios preliminar e final, propondo a adjudicação da empreitada à proposta apresentada pelo concorrente CONTEC – Construção e Engenharia, SA, pelo valor de 282.958,09 € (duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito euros e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 120 dias.

A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos e concordando com os fundamentos de fato e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar a empreitada de “Requalificação da Rua Esquerda e Rua da Almoinha Velha” à proposta apresentada pelo concorrente CONTEC – Construção e Engenharia, SA, pelo valor de 282.958,09 € (duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito euros e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 120 dias, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais delibera designar como diretor de fiscalização o Eng.º Luis Silva que será coadjuvado pela Eng.ª Edite Moniz nos termos do artigo 344.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - EMPREITADA DE: REABILITAÇÃO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO NERY CAPUCHO – CONCURSO PÚBLICO N.º 15/2017 – ADJUDICAÇÃO

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** voltou a questionar porque razão os processos chegam a reunião e não têm parecer técnico assinado ou despacho da respetiva chefia.

O **Sr. Presidente** disse que vai ver, mas talvez se deva ao facto de a chefia estar de férias.
Seguidamente colocou a votação a seguinte proposta:

750 - Presente processo de concurso para adjudicação da empreitada de “Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho”, em que se integram os relatórios preliminar e final, propondo a adjudicação da empreitada à proposta apresentada pelo concorrente Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, Lda., pelo valor de 252.715,09 € (duzentos e cinquenta e

dois mil, setecentos e quinze euros e nove cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 60 dias.

A Câmara Municipal, depois de analisar aqueles documentos e concordando com os fundamentos de fato e de direito dos mesmos, e tendo sido realizada audiência prévia, delibera adjudicar a empreitada de “Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo Nery Capucho” à proposta apresentada pelo concorrente Arlindo Lopes Dias, Unipessoal, Lda., pelo valor de 252.715,09 € (duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e quinze euros e nove cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor e prazo de execução de 60 dias, de acordo com os artigos 148.º, 73.º n.º 1 e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais delibera designar como diretora de fiscalização a Eng.ª Ludmila Ferreira, que será coadjuvada pelo Eng.º Jorge Junqueira e pelo Eng.º Telmo Faria, nos termos do artigo 344.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - “REABILITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E DE BEBIDAS DO JARDIM LUÍS DE CAMÕES - CP 01/2017” – PLANO DE TRABALHOS DEFINITIVO.

751 - Presente plano de trabalhos definitivo da empreitada “REABILITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E DE BEBIDAS DO JARDIM LUÍS DE CAMÕES”, apresentado pela firma “SUZIFIL, Lda.”.

Considerando que os elementos apresentados definem os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª JJ/44/2017, que fica anexa (Anexo 1) e que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara Municipal delibera aprovar o plano de trabalhos e plano de pagamentos da empreitada designada por “REABILITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E DE BEBIDAS DO JARDIM LUÍS DE CAMÕES”, adjudicada à firma SUZIFIL, Lda., ao abrigo do disposto no artigo 361.º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA/ PRAIA DA VIEIRA – CP N.º 01/2016 – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS AJUSTADO.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

752 - Presente informação técnica com a ref.ª LS.17.2017, através da qual é proposta a aprovação do plano de trabalhos ajustado da empreitada de “*REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA/PRAIA DA VIEIRA*”, apresentado pela firma adjudicatária *CONTEC – CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, S.A.*.

Assim a Câmara Municipal, depois de analisar a informação com a ref.ª LS.17.2017 que fica anexa (**Anexo 2**) e aqui se dá por reproduzida e concordando com o seu teor, delibera aprovar o plano de trabalhos da empreitada de “*REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA/PRAIA DA VIEIRA*”, adjudicada à firma *CONTEC – CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, S.A.*, nos termos do disposto no artigo 361º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - “REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA / PRAIA DA VIEIRA - CP N.º 01/2016” – APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MENOS.

753 - Presente informação técnica com a ref.ª LS.22.2017 na qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 24.468,46€ (vinte e quatro mil e quatrocentos e sessenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), da empreitada “*REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA/PRAIA DA VIEIRA*”, adjudicada à firma *CONTEC – CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, S.A.*.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com o teor da informação com a ref.ª LS.22.2017 que fica anexa (**Anexo 3**) e aqui se dá por reproduzida, delibera aprovar trabalhos a menos no valor de 24.468,46€ (vinte e quatro mil e quatrocentos e sessenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), da empreitada designada por “*REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA / PRAIA DA VIEIRA*”, adjudicada à firma *CONTEC – Construções e Engenharia, S.A.*, ao abrigo do disposto no Artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

44 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS – CONCURSO PÚBLICO N.º 20/2016 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** questionou sobre o cabimento do montante referente a este processo (dado no processo físico existir um post-it a dar conta disso e da necessidade do processo precisar de visto do Tribunal de Contas).

No decurso da reunião foi confirmado o enquadramento orçamental.

Esclarecida a questão, o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

754 - Presente informação com referência CS/33/2017, de 27 de julho, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões, no âmbito da empreitada de “Requalificação da rua e travessa das Andorinhas”, no valor de 5.100,00€ (cinco mil e cem euros).

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 376.º, 377.º e 378.º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de “Requalificação da rua e travessa das Andorinhas”, em que é cocontratante a empresa Matos & Neves, Ld.ª, delibera aprovar:

- a) trabalhos de suprimento de erros e omissões, no valor total de 5.100,00€ (cinco mil e cem euros) a preços acordados, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- b) a fixação do prazo de execução em cinco dias para os trabalhos de suprimento de erros e omissões aprovados e a consequente prorrogação do prazo de execução inicial da empreitada pelo mesmo período de tempo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - “REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SANTA ISABEL, RUA DO SALGUEIRO E RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO” – CONCURSO PÚBLICO N.º 11/2017” - PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA.

755 - Presente Plano de Segurança e Saúde apresentado pela firma “Pinto & Braz, Ldª” para a execução da obra em epígrafe.

Assim, apreciado o pedido e tendo em conta que o Plano de Segurança e Saúde ora apresentado obedece na generalidade à estrutura estipulada no ponto 2. do art. 11º do Dec.- Lei N.º 273/03, de 29 de Outubro, a Câmara Municipal delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da empreitada designada por “REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SANTA ISABEL, RUA DO SALGUEIRO E RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO”, de acordo com o disposto n.º 1 do art. 12º do Dec. – Lei 273/03, de 29 de outubro.

Mais delibera designar como Coordenador de Segurança o técnico Pedro Gomes, de acordo com o artigo 9º n.º 2 do Dec. – Lei 273/03, de 29 de outubro.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

46 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS DECORRENTES DE INUNDAÇÃO CAUSADA POR ROTURA DA CONDUTA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA. REQUERENTE: CARLOS JOSÉ GRÁCIO GONÇALVES.

756 - Por deliberação camarária, de 6 de abril de 2017, foi deferido o pedido de indemnização apresentado por Carlos José Grácio Gonçalves, no valor de 150,00 euros, correspondentes ao orçamento que integra o processo para reparação dos danos da máquina de lavar a loiça.

O lesado veio alegar, em 18 de julho de 2017, que acabou por adquirir uma máquina de lavar a loiça nova, por ter sido aconselhado que do ponto de vista técnico seria uma melhor solução, para o efeito juntou cópia de fatura/recibo, no valor de 309,67 euros.

Na deliberação camarária, de 6 de abril, foi determinado que o lesado apenas receberia o montante destinado à reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação mediante a apresentação do documento comprovativo do pagamento da reparação.

Sendo certo que a Câmara Municipal apenas está constituída no dever de indemnizar no valor correspondente à reconstituição da situação, cujo valor foi apurado mediante orçamento do interessado, nada impede que este opte pela aquisição de uma nova máquina, ainda que, neste caso, a Câmara Municipal se limite a suportar o valor já deliberado.

A Câmara Municipal delibera autorizar o pagamento da indemnização atribuída, por sua deliberação, de 6 de abril de 2017, no valor de 150,00 euros, mediante prévia apresentação do original do documento comprovativo da aquisição da máquina de lavar a loiça, considerando-se verificada, desta forma, a reconstituição da situação que existira se não se tivesse verificado o evento que determinou a indemnização.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

47 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTES: SALOMÉ BARROS SANTOS ROSADO E MPR, LDA.. DELIBERAÇÃO DE 28-07-2017.

Presente deliberação camarária, de 28 de julho de 2017, que rejeitou a proposta de intenção de indeferimento do pedido apresentado, tendo por base a informação jurídica n.º I/2045/2017 - FO.

Registaram-se as seguintes intervenções:

Relativamente a este ponto e ao seguinte, a **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** pediu esclarecimentos, uma vez que não esteve presente na última reunião.

O **Sr. Presidente** informou que a proposta de deliberação anterior foi rejeitada, os Srs. Vereadores não apresentaram nova proposta, pelo que agora há que tomar uma decisão.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** referiu que havendo nos processos uma informação jurídica, que é igual para ambos, a sua opinião é de que se informem os requerentes para se pronunciarem sobre a intenção de indeferimento.

Mas como a situação é diferente, então propõe que se revogue a anterior deliberação e que se vote a proposta de audiência prévia.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que a visão da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro é uma visão eminentemente tecnocrata, que deixa a decisão à mercê dos técnicos. A sua opinião é a seguinte: os Vereadores decidiram não concordar com os pareceres técnicos, têm toda a legitimidade, tanto mais que são eles os decisores. Mantém e assume o que decidiu anteriormente, assumindo também que pode ter errado, mas o facto é que os munícipes são sempre os prejudicados.

O **Sr. Presidente** convidou o Sr. Vereador Vítor Pereira a fazer uma proposta, tendo este referido que deverá ser o Sr. Presidente a fazê-la.

O **Sr. Presidente** disse que mantém a sua posição, e como os Srs. Vereadores votaram de forma diferente, legitimamente, têm que apresentar uma proposta. A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro já o fez: revogar a anterior deliberação e votar a audiência prévia. Não irá pedir aos serviços técnicos para fazerem uma informação uma vez que já deram o seu parecer.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** disse que respeita a perspetiva do Sr. Vereador Vítor Pereira, mas não havendo uma proposta concreta para ser aqui apreciada, entende que se deveria revogar a anterior deliberação e votar-se novamente a proposta para a audiência prévia, cabendo ao Sr. Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** perguntou se foi pedido aos técnicos para reverem a sua posição.

O **Sr. Presidente** disse que não, porque os técnicos não emitem os pareceres consoante a sua vontade mas sim de acordo com as normas legais.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que essa é a perspetiva do Sr. Presidente, que contraria. Entende que os técnicos podem e devem fazer novas análises sempre que os decisores políticos têm outra visão. Assim, face ao que foram as decisões políticas, entende que o Sr. Presidente deve remeter novamente aos técnicos e solicitar que revejam o seu parecer.

O **Sr. Presidente** referiu que a decisão foi bem fundamentada e foi apresentada e votada na última reunião. Os Srs. Vereadores não concordaram com o parecer jurídico, pelo que devem apresentar uma proposta.

O Sr. Vereador Carlos Logrado apresentou então a seguinte proposta:

757 - Propõe a retirada dos pontos 47 e 48, para que os técnicos os reapreciem com base nos fundamentos expostos na deliberação de 28/07/2017.

O Sr. Presidente colocou esta proposta a votação.

A presente proposta foi rejeitada, por maioria, com 3 votos contra, das Sr.ªs Vereadoras Ana Alves Monteiro e Cidália Ferreira, e do Sr. Presidente, e 3 votos a favor, do proponente e dos Srs. Vereadores Vítor Pereira e Nuno Agostinho, tendo o Sr. Presidente feito uso do voto de qualidade.

Sendo assim, o Sr. Presidente disse que a proposta se mantém, pelo que **colocou a votação a seguinte proposta, apresentada pela Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro:**

758 - Propõe que se revogue a deliberação de 28/07/2017, porque considera que o processo está instruído com os devidos pareceres técnicos, fundamentados em matéria de facto e de direito, que lhe permitem ter condições para sobre eles deliberar no sentido de notificar o requerente da intenção de indeferimento, concedendo-lhe o prazo de audiência prévia constante da proposta de deliberação objeto da reunião de 28/07/2017.

O Sr. Presidente colocou esta proposta a votação.

A presente proposta foi aprovada, por maioria, com 3 votos a favor, da proponente, da Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira e do Sr. Presidente, e 3 votos contra, dos Srs. Vereadores Vítor Pereira, Carlos Logrado e Nuno Agostinho, tendo o Sr. Presidente feito uso do voto de qualidade.

Esta votação aplica-se aos pontos 47 e 48 da ordem do dia desta reunião.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

"Voto a favor da proposta de revogação da deliberação sobre este processo, de 28.07.2017, porque considero que o processo está instruído com os devidos pareceres técnicos, fundamentado em matéria de facto e de direito, que me permitem ter condições para sobre ele deliberar no sentido de notificar a requerente da intenção de indeferir o pedido, concedendo-lhe o prazo de audiência prévia constante da proposta de deliberação objeto da reunião de câmara de 28.07.2017."

**48 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL –
REQUERENTE: SÓNIA RITA DA COSTA SILVA. DELIBERAÇÃO DE 28-07-2017.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

759 - Presente deliberação camarária, de 28 de julho de 2017, que rejeitou a proposta de intenção de indeferimento do pedido apresentado, tendo por base a informação jurídica n.º I/1653/2017 - FO.

Este ponto foi votado nos mesmos termos do ponto 47.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto a favor da proposta de revogação da deliberação sobre este processo, de 28.07.2017, porque considero que o processo está instruído com os devidos pareceres técnicos, fundamentado em matéria de facto e de direito, que me permitem ter condições para sobre ele deliberar no sentido de notificar a requerente da intenção de indeferir o pedido, concedendo-lhe o prazo de audiência prévia constante da proposta de deliberação objeto da reunião de câmara de 28.07.2017.”

49 - P.A. N.º 16/2017-AP/DISU - “AQUISIÇÃO DE 10 VIATURAS LIGEIRAS DE MERCADORIAS ELÉTRICAS” – ADJUDICAÇÃO DO LOTE 1 E NÃO ADJUDICAÇÃO DO LOTE 2

760 - Presente o processo de aquisição nº 16/2017 – AP/DISU, realizado de acordo com deliberação camarária de 7 de junho de 2017, na sequência de candidatura ao Fundo Ambiental, acompanhado de relatório final do Júri, datado de 09/08/2017, no qual é proposta a **adjudicação do Lote 1 – Aquisição de duas viaturas elétricas ligeiras de mercadorias de 5 Lugares**, à proposta apresentada pelo concorrente AUTO-JULIO, S.A., NIPC 501 864 768, no valor total de 48.400,22 euros (quarenta e oito mil, quatrocentos euros e vinte e dois centimos), a que acresce IVA à taxa legal e a **não adjudicação do Lote 2 – Aquisição de oito viaturas elétricas ligeiras de mercadorias de 2 lugares**, pelo facto da única proposta rececionada para este lote apresentar um valor superior ao preço base definido no caderno de encargos, nos termos do artigo n.º 79º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos.

Face ao exposto e depois de analisado o processo de aquisição n.º 16/2017-AP/DISU, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório de final, delibera, nos termos dos artigos 73.º, n.º 1 e 148º, n.º 4, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redacção atual, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, aprovar a proposta constante do referido relatório final e consequentemente adjudicar o Lote 1 – Aquisição de duas viaturas elétricas ligeiras de mercadorias de 5 Lugares, à proposta apresentada pelo concorrente AUTO-JULIO, S.A., NIPC 501 864 768, no valor total de 48.400,22 euros (quarenta e oito mil, quatrocentos euros e vinte e dois centimos), a que acresce IVA à taxa legal e não adjudicar o Lote 2 – Aquisição de oito viaturas elétricas ligeiras de mercadorias de 2 lugares, pelo facto da única proposta apresentada para este lote ser de

valor superior ao preço base definido no caderno de encargos, nos termos do artigo n.º 79º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos.

Mais delibera proceder à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98º, nº1, do Código dos Contratos Públicos e que seja notificado o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação, nos termos do disposto nas peças do procedimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

50 - P.A. N.º 69/2017-AP/DCD - "CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, FORNECIMENTO DE LANCHES E TRANSPORTE DE REFEIÇÕES PARA O ANO LECTIVO 2017/2018"- ADJUDICAÇÃO E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** disse que vai aprovar a adjudicação com uma recomendação sobre as faltas, que deverá ficar no contrato a assinar e para o qual a Câmara está a delegar a competência no Sr. Presidente.

Assim, face às inúmeras queixas de pais e docentes nesta matéria, **a Sr.ª Vereadora recomendou** que sejam analisadas as ementas pelos serviços internos da Câmara Municipal ou de entidade externa competente, que o contrato contenha uma cláusula de fiscalização da sua execução e que sejam obrigatoriamente comunicadas as faltas de recursos humanos que acompanham as crianças na interrupção do almoço devendo essas falhas constituírem-se como penalizações (em valor monetário) a deduzir aos encargos decorrentes deste contrato. Incluir a obrigatoriedade de substituição imediata de RH.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** referiu que esta situação é a do prestador de serviços das refeições. O acompanhamento tem a ver com o outro contrato, de acompanhamento das refeições e das AAF's e CAAF's.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que isso é verdade, mas sobre este serviço também há falhas, e onde deviam estar duas pessoas só está uma, e a Câmara não acompanha a situação. Está em causa a qualidade dos produtos e o acompanhamento.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** envolveu-se numa troca de palavras com a Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, quando disse que nesta fase não se pode fazer o que ela propõe para o contrato. Não é exequível e não é possível, agora. Na sua opinião, o que se pode fazer, e não se tem feito, é, como no contrato de concessão à TUMG, obrigar ao cumprimento do clausulado. A Câmara não controla os contratos, só se controla o prazo de execução das obras. Não se obriga a cumprir nem se penaliza. A Câmara é conivente com o incumprimento. Não há histórico de uma única penalização. É preciso controlar a qualidade. Como? Melhorando as condições dos cadernos de encargos, melhorando aquilo que se

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

pretende. A Câmara, e quem tutela os pelouros, tem forma de controlar e não o tem feito, porque é incapaz de o fazer.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

761 - Presente o processo de aquisição nº 69/2017 – AP/DCD, realizado de acordo com deliberação camarária de 19 de junho de 2017, acompanhado de relatório do Júri, datado de 07/08/2017, no qual é proposta a adjudicação da *“Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições para o ano lectivo 2017/2018”*, à proposta apresentada pelo concorrente UNISELF – SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS, S.A NIPC 501 323 325, pelo valor total de 258.451,34 euros (duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um euros e trinta e quatro cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

Depois de examinado o processo de aquisição n.º 69/2017-AP/DCD, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório do júri, delibera, nos termos dos artigos 73.º, n.º 1 e 125º, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, aprovar a proposta constante do referido relatório e consequentemente adjudicar a *“Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições para o ano lectivo 2017/2018”*, à proposta apresentada pelo concorrente UNISELF – SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS, S.A NIPC 501 323 325, pelo valor total de 258.451,34 euros (duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e um euros e trinta e quatro cêntimos), a que acresce IVA à taxa legal.

Mais delibera que seja notificado o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação e para proceder à prestação da caução no valor de 12.922,57 euros, nos termos do disposto nas peças do procedimento.

Considerando que por despacho n.º 5458-A/2017, publicado no DRE n.º 119/2017, 1º suplemento, série II, de 22 junho de 2017, foi aprovado o calendário escolar 2017/2018 devendo as aulas começar entre os dias 8 e 13 de Setembro de 2017.

Considerando que importa assegurar o fornecimento das refeições aos alunos do concelho, no início do ano lectivo, a Câmara Municipal delibera ainda, de acordo com artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com os artigos 36.º, n.º 1 e art.º 98.º, n.º 1, ambos do Código dos Contratos Públicos, delegar no Presidente da Câmara Municipal a competência para aprovar a minuta do contrato do processo de aquisição n.º 69/2017-AP/DCD - *Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições para o ano lectivo 2017/2018*, até ao limite do preço contratual de 258.451,34€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

51 - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA Nº CENTRO-02-0853-FEDER-000059 “ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL - MARINHA GRANDE 2020” - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA

762 - Considerando a submissão da candidatura “*Área de Acolhimento Empresarial - Marinha Grande 2020*” no âmbito do Aviso de Concurso nº CENTRO-53-2016-01 - Apoio à Localização de Empresas.

Considerando que no dia 7 de agosto de 2017 a Câmara Municipal da Marinha Grande foi notificada da decisão de aprovação da candidatura nº CENTRO-02-0853-FEDER-000059 “*Área de Acolhimento Empresarial - Marinha Grande 2020*”, conforme documento em anexo.

Considerando que foi requerido comprovativo de titularidade da conta bancária, para efeitos dos pagamentos dos apoios financeiros concedidos.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)*”.

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “*ALE - 2020*”, na qual serão efetuados todos os movimentos financeiros da candidatura aprovada, sendo intervenientes na movimentação da mesma:

- Paulo Jorge Campos Vicente, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Cidália Maria Oliveira Rosa Ferreira, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

52 - P.A. N.º 98/2017-AP/DISU – “AQUISIÇÃO DE 8 VIATURAS LIGEIRAS DE MERCADORIAS ELÉTRICAS”. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que este é um exemplo de concurso daquilo que apontou. Não se acautela o factor diferenciador. Está-se a contratar o que nos querem dar. A Câmara não está a fazer o seu papel. Os governantes são maus governantes porque não acautelam os interesses do município.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

763 - A 11 de janeiro de 2017 foi publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 8, o aviso n.º 557-A/2017, que procede à abertura de candidaturas para a atribuição de apoio pelo Fundo Ambiental à substituição de veículos de serviços urbanos ambientais por veículos elétricos destinados à mesma utilização, no âmbito da atividade desenvolvida pelas autarquias.

Considerando a informação SS.05.2017 da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, na qual se manifesta o interesse na aquisição de 10 viaturas ligeiras de mercadorias, com tração 100% elétrica, destinadas à manutenção de jardins e de apoio a serviços ambientais, foi submetida a 24 de fevereiro de 2017 a candidatura ao Fundo Ambiental.

Considerando que em reunião da câmara municipal de 9 de março de 2017 foi deliberado aprovar o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos do P.A. N.º 16/2017-AP/DISU – “*Aquisição de 10 viaturas ligeiras de mercadorias elétricas*”, que instruiu a candidatura ao Fundo Ambiental, de modo a dar cumprimento ao ponto 5.1 do Aviso n.º 557-A/2017 e que o teor dos mesmos se mantém.

Considerando que a 23 de maio de 2017 foi celebrado entre o Município da Marinha Grande e o Estado Português, através do Fundo Ambiental, o Contrato de Financiamento para a Aquisição de Viaturas Elétricas de Serviços Urbanos Ambientais, cuja cópia se anexa.

Considerando que em reunião camarária de 7 de junho de 2017 foi deliberado proceder à abertura do P.A. N.º 16/2017-AP/DISU - “*Aquisição de 10 viaturas ligeiras de mercadorias elétricas*” e que nos termos do relatório do júri, datado de 09/08/2017, foi proposta a adjudicação do Lote 1 – Aquisição de duas viaturas elétricas ligeiras de mercadorias de 5 Lugares, à proposta apresentada pelo concorrente AUTO-JULIO, S.A., NIPC 501 864 768, no valor total de 48.400,22 euros (quarenta e oito mil, quatrocentos euros e vinte e dois centimos), a que acresce IVA à taxa legal e a não adjudicação do Lote 2 – Aquisição de oito viaturas elétricas ligeiras de mercadorias de 2 lugares, pelo facto da única proposta rececionada para este lote apresentar um valor superior ao preço base definido no caderno de encargos, nos termos do artigo n.º 79º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, assunto objeto de deliberação camarária na sua reunião de 17/08/2017, importando por este facto proceder à abertura de novo procedimento de contratação pública para a “*Aquisição de 8 viaturas ligeiras de mercadorias eléctrica*”.

Presente informação LE-11.2017, datada de 09/08/2017 e a requisição interna n.º 22640 da Área Parque Automóvel da DISU-Divisão de Infra estruturas e Serviços Urbanos, nas quais

se manifesta a necessidade de se proceder à *“Aquisição de 8 viaturas ligeiras de mercadorias elétricas”*.

Presente o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas, Cláusulas Técnicas e anexos.

Considerando que o preço base a aplicar é de 190.000 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objeto do contrato a celebrar, o que determina a adoção do procedimento de concurso público, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea b) e artigo 20.º, n.º 1, alínea b), para os efeitos do disposto no artigo 38.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que a despesa do presente procedimento se encontra prevista em Plano Plurianual de Investimento de 2017 na classificação orgânica/económica 07/070110, ação do PPI 2017/1/114.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta da DISU-Divisão de Infra estruturas e Serviços Urbanos, que se dá por reproduzida e que fica anexa à presente deliberação, de acordo com os artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 20.º, n.º 1, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, com o artigo 18º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e com o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Adoptar o procedimento de concurso público;
- c) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- d) Aprovar o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas;
- e) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:

- Carla Lucas, Presidente;
- Luciana Esteves, Vogal;
- Sara Vidal, Vogal;
- Ludmila Ferreira, Vogal Suplente;
- Telmo Faria, Vogal Suplente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

53 - CEDÊNCIA DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS À *MÚSICOS BAPTISTAS EM PORTUGAL* PARA ESPETÁCULO - 25 DE AGOSTO DE 2017.

764 - Presente pedido da Direção de Músicos Baptistas em Portugal com o n.º de registo E/5967/2017 em que é solicitada à Câmara Municipal a cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens no dia 25 de agosto, para apresentação do espetáculo resultante da 3ª Conferência de Música que irá ter lugar em Água de Madeiros de 19 a 26 de agosto.

Presente igualmente a Informação Técnica com o n.º 1974/2017 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável (cfr. anexo).

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja “A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço”. No caso em apreço consideramos que o interesse cultural está acautelado na medida em que através da atividade proposta, são prosseguidos fins culturais e pedagógicos com os quais a autarquia certamente se identifica. Com este espetáculo pretende-se dar a conhecer a atividade prosseguida pelos Músicos Baptistas em Portugal.

Considerando que a cedência da utilização da Casa da Cultura está prevista no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente nos artigos 5.º, 7.º, 8.º, 12.º a 14.º não havendo motivos que justifiquem o seu indeferimento.

Considerando no entanto, que ao abrigo do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande só estão isentas do pagamento de taxas “As associações de bombeiros, as fundações e as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários”, o que não acontece no caso em apreço.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta e delibera ceder a utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens à Direção dos Músicos Baptistas em Portugal no dia 25 de agosto de 2017, para realização do espetáculo resultante da 3ª Conferência de Música, nas seguintes condições:

- A Direção dos Músicos Baptistas em Portugal fica responsável pelo pagamento de taxa devida pela utilização da Casa da Cultura, conforme previsto no artigo 33º n.º 1 do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande;
- A Direção dos Músicos Baptistas em Portugal fica responsável pelo pagamento dos técnicos de som e luminotecnia;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

- A Direção dos Músicos Baptistas em Portugal fica responsável pelo eventual pagamento de direitos de autor devidos à respetiva Sociedade Portuguesa de Autores e pela licença de representação a emitir pelo IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais;
- A Direção dos Músicos Baptistas em Portugal deve garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

54 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2017 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.

765 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura. Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional.

Por forma a possibilitar a venda de bilhetes de ingresso, e atendendo que os espetáculos referidos no quadro seguinte já se encontram adjudicados ou em fase de adjudicação, fazendo parte da proposta de programação para o último quadrimestre de 2017 - 1/41/2017 de 10.01.17, que teve despacho favorável da Sr.ª Vereadora da Cultura, Dr.ª Cidália Ferreira datado de 9 de maio;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º define que o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€;

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de setembro e outubro de 2017 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

SETEMBRO	ÁREA ARTÍSTICA	ARTISTA / PROJETO	CACHET + IVA	PROPOSTA PREÇO BILHETE
16 – 21h30	MÚSICA	VALTER LOBO “MEDITERRANEO”	2.469,00	8€
OUTUBRO				
13 – 21h30	TEATRO	XXI FESTIVAL DE TEATRO ACASO – “LEÔNCIO E LENA”	2.816,00 *	8€
25 – 21h30	MÚSICA	MIGUEL GAMEIRO & PÓLO NORTE	6.027,00	15€
27 – 21h30	TEATRO	XXI FESTIVAL DE TEATRO ACASO – “ESTRANGEIRAS”		8€

*O valor do cachet abrange os dois espetáculos de 13 e 27 de outubro.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de setembro e outubro de 2017 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

55 - PROPOSTA PARA ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

766 - Presente Informação nº 2173/2017 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – Arquivo Municipal – sobre proposta para eliminação de documentação existente à sua guarda, tendo como base a legislação em vigor.

Presente relação de séries documentais a eliminar que, com base na Informação Nº 942/2016 de 08 de julho, obteve aprovação do serviço produtor.

Presente pareceres favoráveis do Arquivo Distrital de Leiria e Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

A Câmara Municipal após apreciação do referido documento e considerando que,

A relação das séries documentais foi objeto de apreciação e posterior aprovação do serviço produtor;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

A relação acima mencionada foi posteriormente submetida ao Arquivo Distrital de Leiria e à Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, tendo obtido pareceres favoráveis de ambas as entidades;

Delibera, no uso da competência prevista na alínea cc) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com a Portaria nº 412/2001 de 17 de Abril, com as alterações constantes na Portaria nº 1253/2009 de 14 de Outubro, e com o parecer da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, aprovar a eliminação da documentação constante na relação que faz parte integrante desta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

56 - REVISÃO DO VALOR DA RENDA, SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, DE DANIELA ALEXANDRA SILVA PEREIRA, INQUILINA RESIDENTE NA HABITAÇÃO N.º 64 SITA NA RUA ANTÓNIO LOPES, CAMARNAL, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

767 - Presente informação n.º 2167 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 31 de julho de 2017, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = Indexante dos Apoios Sociais (421,32€)”

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão do valor da renda de Daniela Alexandra Silva Pereira, sendo este o constante do quadro seguinte:

R.º António Lopes n.º 64

MORADOR	DATA CONTRATO	RENTA/17 (JUNHO)	RENTA/17 (OUTUBRO)
Daniela Alexandra Silva Pereira	11/05/2013	89,39€	39,46€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de outubro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

57 - ADENDA AO CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DA MARINHA GRANDE E A ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II, EM 9 DE JUNHO DO CORRENTE ANO.

768 - Presente deliberação, datada de 22 de maio do corrente ano, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 março e nos termos previstos nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Desportiva, Recreativa ou Outra respetivamente a atribuição de um apoio financeiro à ANO II, no valor de 17016,00€ para o funcionamento do Centro Sócio-Sanitário Porta Azul e Loja Social e a aprovação da minuta do contrato-programa a celebrar com a referida instituição.

Presente contrato-programa celebrado entre o Município da Marinha Grande e a Associação Novo Olhar II, datado de 9 de junho de 2017 e através do qual é estabelecida a atribuição de um apoio financeiro, no montante de 17.016,00€ (dezassete mil euros e dezasseis

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

cêntimos) à entidade em causa para a prossecução do funcionamento do Centro Sócio Sanitário Porta Azul e Loja Social e pagamento das respetivas despesas, à exceção das efetuadas com equipamento e mobiliário, nos termos do presente contrato e candidatura apresentada.

Considerando o orçamento discriminado da despesa com IVA apresentado pela ANO II, em sede de candidatura;

Considerando que as verbas superiormente definidas e afetas a cada uma dessas despesas, não figuram no referido contrato-programa;

Considerando que para uma maior transparência é de suma importância que os valores constem do contrato-programa

A Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, acrescentar ao n.º 1 da cláusula 4.ª do contrato-programa celebrado com a Associação Novo Olhar II, o seguinte parágrafo:

“ O apoio financeiro corresponde ao valor dos custos previstos para a prossecução do objeto do contrato-programa nas componentes de custos com Técnico Social (9.900,00€), Produtos de Higiene para Máquinas (600,00€), Gás (576,00€), Produtos de Higiene Pessoal/utentes (600,00€), Materiais de Limpeza (1.200,00€), Produtos Alimentares (1.500,00€), Gasóleo (1.200,00€); Luz (1.440,00€), previstos no orçamento discriminado que acompanha o processo de candidatura.”

Mais delibera aprovar a adenda ao contrato-programa celebrado em 9 de junho de 2017, que se anexa.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

58 - ADMISSÃO DA CANDIDATURA PARA APOIO FINANCEIRO AO CLUBE DESPORTIVO MOITENSE PARA A REALIZAÇÃO DO 67.º CIRCUITO DE CICLISMO DA MOITA.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** questionou:

- a) Qual a razão pela qual a candidatura aparece fora de prazo?
- b) Qual a razão pela qual o Clube não apresentou candidatura até 30 de setembro de 2016, quando já sabia que iria haver o 67º circuito?

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que, com bom ou com mau regulamento, o que é importante é apoiarem-se as coletividades. Quer saudar a aprovação deste apoio, que espera seja por unanimidade. É importante para a Moita e é um dos eventos que reúne mais pessoas no concelho e que tem maior histórico de continuidade no nosso concelho.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

A candidatura só vem agora porque a coletividade tinha uma dívida ao município e desde 2015 que não recebe qualquer apoio porque lhe foram dadas informações incorrectas por parte dos responsáveis pelo pelouro. A Câmara não lhes deu as alternativas para resolver a situação, que enunciou de seguida, e que não foram comunicadas ao clube. A Câmara, em vez de ajudar, cria antes dificuldades.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que não se vai pronunciar, porque entende que a conversa sobre o assunto já está gasta, e quer antes centrar-se na resolução do assunto.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

769 - Presente candidatura com o registo E/7343/2017 de 09 de agosto de 2017, do Clube Desportivo Moitense, NIF 501216049, para realização do 67.º Circuito de Ciclismo da Moita;

Presente relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas, nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, propondo a admissão da candidatura acima referida nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento, que obteve a classificação de 35,6 pontos.

A classificação da candidatura apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Considerando que segundo o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas, a candidatura obteve uma classificação de 35,6 pontos;

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura do Clube Desportivo Moitense, NIF 501216049, para realização do 67.º Circuito de ciclismo da Moita, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

59 - ADMISSÃO DA CANDIDATURA PARA APOIO FINANCEIRO À SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1.ª DE MAIO PARA A PARTICIPAÇÃO NA CHALLENGE CUP - TAÇA EUROPEIA DE CLUBES.

770 - Presente candidatura com o registo E/6844/2017 de 18 de julho, completada com a informação no mail com o registo de entrada E/7056/2017 de 31 de julho de 2017, da Sociedade de Instrução e Recreio 1.º de Maio, NIF 501056467, para participação nas competições europeias 2017/2018 – CHALLENGE CUP – TAÇA EUROPEIA DE CLUBES;

Presente relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas, nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, propondo a admissão da candidatura acima referida nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento, que obteve a classificação de 34,8 pontos.

A classificação da candidatura apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

Considerando que segundo o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas, a candidatura obteve uma classificação de 34,8 pontos;

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura da Sociedade de Instrução e Recreio 1.º de Maio, NIF 501056467, para participação nas competições europeias 2017/2018 – CHALLENGE CUP – TAÇA EUROPEIA DE CLUBES, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos).

Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

6o - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES – DESPORTO PARA TODOS

771 - Presente deliberação de 29 de junho de 2017, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma seleccionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Anuais

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E/8285/2016	A. Portuguesa Deficientes	501804218	Desporto para Todos	32,6

Presente informação l/1927/2017, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que, nesta fase, a **Associação Portuguesa de Deficientes** preenche todos os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro a esta entidade.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- Abrangência da atividade ou projeto
- Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2015/A/198;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento;

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pelas alíneas u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
A. Portuguesa Deficientes	Desporto para Todos	501804218	32,6	2015 / A / 198	500,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

61 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – APD - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES - AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA DE NOVE LUGARES PARA TRANSPORTE DE ATLETAS

772 - Presente deliberação de 13 de julho de 2017, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, admitir a candidatura apresentada, extemporaneamente, pela APD- Associação Portuguesa de Deficientes, na qual esta entidade visa a obtenção de apoio na aquisição de uma viatura de nove lugares para transporte de atletas, por ter considerado esta pretensão de *“inegável interesse público e uma urgente necessidade da Associação uma vez que se encontra impossibilitada das deslocações a realizar no âmbito das suas atividades por ter sido assaltada e vandalizada a sua carrinha”*, ficando esta, assim, selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Presente informação da DCD n.º 1/1834/2017 com a proposta de tramitação da candidatura da APD - Associação Portuguesa de Deficientes que foi apresentada na reunião de Câmara de 13 de julho de 2017.

Presente a candidatura referida, que deu entrada na Câmara Municipal em 2 de novembro de 2016, tendo sido registada com o número E/9286/2016.

A Câmara Municipal, tendo apreciado os documentos em anexo e os fundamentos da sua anterior decisão, delibera conceder, ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, uma comparticipação financeira de 40.249,00€ (quarenta mil duzentos e quarenta e nove euros) à Associação Portuguesa de Deficientes, titular do NIPC 501129430, com sede na Travessa Vieira de Leiria, nº 15, 2430-276 Marinha Grande, para apoio à aquisição de uma viatura de nove lugares, para transporte de atletas, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/197.

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 e 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa ação concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos).

Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

62 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – CLUBE DOS MÚSICOS DA MARINHA GRANDE

773 - Presente informação n.º 608/2017, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 07/03/2017, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, as candidaturas com as E/9984/2016 e E/9985/2016, do Clube dos Músicos, preenchem os requisitos previstos no n.º 6.º do regulamento, propondo a atribuição do apoio financeiro à referida entidade.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando que as referidas candidaturas se revestem de considerável interesse municipal pela forma como promovem e apoiam o desenvolvimento cultural do concelho;

Considerando os critérios definidos no regulamento;

Considerando que a candidatura com a E/9984/2016, não se enquadra no âmbito de apoio a infraestruturas;

Considerando que a candidatura com a E/9984/2016 e a candidatura com a E/9985/16, se complementam, uma vez que o equipamento de som e luz é essencial/imprescindível para a boa execução do plano anual previsto pela entidade;

Considerando o vasto programa cultural que o Clube tem previsto para 2017;

Considerando as boas condições acústicas da sala e as boas condições de acolhimento para o público disponibilizadas pelo Clube;

Considerando que a entidade apresentou, em 2016, as candidaturas a apoios ou benefícios na modalidade de apoio anual e de infraestruturas para execução das suas atividades para 2017;

Considerando a existência de dotação financeira na rubrica 2015/A/177.

Atendendo ao exposto, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera conceder:

1. Ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL						
REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR A ATRIBUIR
E/9984/16 E/9985/16	Clube de Músicos	510522173	Aquisição de equipamento de luz e som para o desenvolvimento do Plano de Atividades de 2017	30,6 32,6	2015/A/177	6.000€

2. Mais delibera em cumprimento do previsto no artigo 18º e nº1 do art.º 20º do regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

63 - APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL, E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO – ALTERAÇÃO DE DATAS E ORÇAMENTO DA FAG

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** questionou o seguinte: se há redução do número de dias do evento (e bem) porque razão o orçamento se mantém?

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** referiu que a justificação consta dos considerandos da proposta aqui presente.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

774 - Presente, ofício com o registo de entrada E/7034/2017, da Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, propondo alteração ao contrato programa, nº 1 da DCD, para a concretização da FAG 2017, assinado em 19 de junho de 2017. As alterações propostas dizem respeito à data de realização, redução do número de dias do evento e ao respetivo orçamento.

Foram apresentados os documentos justificativos das alterações propostas, nomeadamente, requerimento e orçamento atualizados, com o registo de entrada E/7240/2017 de 7 de agosto.

Considerando que a referida candidatura se reveste de considerável interesse municipal pela forma como promove os usos e costumes, a gastronomia e a cultura local e nacional;

Considerando que a Feira de Artesanato e Gastronomia é um importante meio de divulgação turística do concelho;

Considerando que a entidade apresentou, em 2016, a candidatura a apoios ou benefícios na modalidade de apoio pontual para execução deste evento para 2017, tendo sido atribuído o apoio financeiro de 15.000 euros (quinze mil euros) na reunião de 7 de junho de 2017.

Considerando que a diminuição de dias de exposição diminui significativamente as despesas com o evento;

Considerando que a redução de custos é fundamental para a sustentabilidade da Feira de Gastronomia;

Considerando que, o pedido de duração proposto, facilitará a participação das Associações locais na área da gastronomia;

Atendendo ao exposto, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, aprovar a alteração das datas, redução dos dias e orçamento do evento, conforme o proposto no ofício com o registo de entrada E/7034/2017 de 28 de julho e registo de entrada E/7240/2017 de 7 de agosto.

Mais delibera em cumprimento do previsto no artigo 18º e nº1 do art.º 20º do regulamento, aprovar a adenda do contrato-programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição

do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

64 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CLUBE DESPORTIVO MOITENSE PARA A REALIZAÇÃO DO 67.º CIRCUITO DE CICLISMO DA MOITA.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro questionou o seguinte:

- a) Qual o valor atribuído em 2015 e em 2016?
- b) O valor agora atribuído é de 6.288,47 euros, por que razão?

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** referiu que o prémio é no valor de 3.000 euros + IVA, imposto que corresponde a cerca de 50% do montante dos prémios a atribuir aos atletas, tal como ficou aqui decidido pelos Srs. Vereadores.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que se não conhecesse o processo em detalhe talvez acreditasse na Sr.ª Vereadora Cidália, mas não é assim, há falta de rigor na sua conversa. Tanto quanto sabe ninguém fez as contas. A coletividade tomou por bem ir por este caminho, por medo e porque não quer confrontar a Câmara. Tem dúvidas que seja a melhor forma de defender os interesses da coletividade, mas eles escolheram esta via. Falta rigor nas afirmações da Sr.ª Vereadora. Podem fazer declaração corretiva, mas o clube enveredou por outro caminho, e a Câmara, e bem, compensou com mais valor.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** referiu que aquilo que disse é verdade, e o valor que está em causa é na mesma os 3.000 euros do valor dos prémios, mais o valor do que tem de se entregar às Finanças, que é cerca de mais de 50%, conforme a fórmula enviada para todos pelo Sr. Vereador António Santos.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que tudo o que afirmou é rigoroso e por isso mantém. Acha que a Câmara tem que compensar a Moita pela falta de apoio. É uma compensação moral.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

775 - Presente deliberação de admissão da candidatura com o registo E/7343/2017 de 09 de agosto de 2017, do Clube Desportivo Moitense, NIF 501216049, para realização do 67.º Circuito de ciclismo da Moita, aprovada na reunião de Câmara de 17 de Agosto de 2017;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Considerando que a candidatura foi admitida ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra;

Considerando que deste modo ficou selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente;

Considerando que o Clube Desportivo Moitense preenche todos os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/198;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento;

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera ao abrigo da alínea u) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder um apoio financeiro de 6.288,47 euros (seis mil duzentos e oitenta e oito euros e quarenta e sete cêntimos) ao Clube Desportivo Moitense, NIF 501216049, para o pagamento de prémios e respetivo imposto de selo, no âmbito da realização do 67.º Circuito de ciclismo da Moita;

A verba encontra-se prevista na ação 2015/A/198.

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

**65 - ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS “ROSIS PUB” – S. PEDRO DE MOEL –
EXPLORADOR: MANUEL LEMOS DO NASCIMENTO – VIOLAÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DO
CRITÉRIO DE INCOMODIDADE NO PERÍODO NOTURNO – REGULAMENTO GERAL DO
RÚIDO – MEDIDAS A ADOTAR PARA CESSAÇÃO DA INCOMODIDADE.**

Antes da votação o **Sr. Presidente** informou que uma das empresas contactadas apontou algumas soluções para a resolução do problema.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que esta é mais uma questão que não se resolveu e houve aqui sugestões. Trata-se de haver equilíbrio e bom senso entre as partes em conflito. Houve possibilidades para isso e não se aproveitaram. O visado dispunha-se a fazer algumas alterações, que implicavam que a Câmara tomasse também algumas medidas (obras), e a Câmara disse logo que não havia tempo para fazer essas obras. Mais uma vez a Câmara não é o agente facilitador. Exige as obras aos outros e aquilo que é da sua parte (intervenção no passeio) não faz. Não cria soluções que equilibrem a resolução do problema. Assim, pediu ao Sr. Presidente que junte à lista as obras que são da responsabilidade da Câmara e quando serão feitas, e que as exigências ao visado só se apliquem após estas obras da Câmara.

O **Sr. Presidente** referiu que estas medidas vêm na sequência da resposta à Provedoria de Justiça. A sua proposta vai no sentido de notificar o explorador do Rosis Pub para, no prazo de 10 dias, dizer quais as medidas que irá implementar.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** questionou o **Sr. Vereador Carlos Logrado** sobre o que é a intervenção pública a realizar pela Câmara, tendo o Sr. Vereador explicado.

O **Sr. Presidente** disse que a Câmara não assumiu qualquer compromisso de obras. Propõe que das 3 medidas propostas pela avaliação o proprietário explorador seja notificado e daquelas que indicar apresente o respetivo projeto de alteração para que os serviços analisem.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que quer propor que se acrescente mais um ponto com o compromisso das obras a fazer pela Câmara.

O **Sr. Presidente** questionou qual o valor dessas obras.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que seriam feitas pelos serviços, pelo que propôs o seguinte:

1. que a Câmara identifique as obras que se propõe fazer;
2. que calendarize essas mesmas obras;
3. que à lista de recomendações feita pela empresa se acrescente a obrigatoriedade da antecâmara de som;

4. que se criem condições para que à lista de melhoramentos venham os interessados acrescentar outros melhoramentos;
5. que se calendarize a realização dos melhoramentos da responsabilidade dos privados.

O **Sr. Presidente** disse que sendo assim há duas propostas: a do Sr. Vereador Carlos Logrado e a sua, que é no sentido de notificar o explorador e comunicar à Provedoria de Justiça.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** é de opinião que a Câmara deixe uma disponibilização genérica para poder ajudar.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que vai retirar a sua proposta na condição de se acrescentar esta disponibilidade da Câmara.

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

776 - Encontram-se pendentes nesta Câmara Municipal várias reclamações de ruído apresentadas contra o estabelecimento de bebidas com espaço de dança denominado “Rosis Pub”, sito na Rua Dr. Adolfo Leitão, n.º 23, S. Pedro de Moel, explorado por Manuel Lemos do Nascimento, recebidas da sociedade PWL. Lda., sociedade que explora o estabelecimento “Home Moel Hostel”, sito na mesma Rua, de vários moradores daquela localidade (abaixo-assinado), da CCDRC-Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e da IGAMAOT-Inspeção-Geral dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Agricultura e do Mar, acompanhadas de dois relatórios de avaliação de incomodidade datados de 07-09-2015.

Presente parecer jurídico I/472/2016, que aqui se dá para todos os efeitos legais como integralmente reproduzido, e que fica anexo à ata, que apreciou todas aquelas reclamações e propôs a adoção de várias medidas tendentes à resolução da situação de incomodidade devida a ruído produzido pelo funcionamento do estabelecimento “Rosis Pub”, o qual foi apreciado em reunião camarária de 23-06-2016.

Presente deliberação tomada em reunião de 23-06-2016, pela qual foram rejeitadas aquelas propostas e decidido mandar realizar nova medição de ruído causado pelo funcionamento do estabelecimento.

Presente ofício da Provedoria de Justiça de 23-08-2016, com registo de entrada E/7174/2016, pelo qual esta entidade questionava o Executivo Municipal sobre a possibilidade de rever a posição adotada pela deliberação de 23-06-2016, visto considerar que aquela proposta se encontrava bem fundamentada e existia prova bastante para a tomada das medidas que o caso impunha.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

Presente deliberação tomada em reunião de 08-09-2016, pela qual foi novamente rejeitada a proposta de soluções a adotar, concluindo-se dever aguardar-se pelos resultados da nova avaliação do ruído ordenada na reunião de 23-06-2016.

Presente auto de ocorrência n.º 101/17, da GNR de Vieira de Leiria (E/5405/2017), no qual relatam que no dia 22 de maio último, pelas 06H50, foram chamados ao local do estabelecimento “Rosis Pub”, onde constataram que o mesmo «se encontrava com as portas fechadas e que o ruído emanado do interior do bar era bem audível na via pública que era onde se encontrava esta patrulha.». Pediram ao proprietário Manuel Lemos do Nascimento que baixasse o volume da música, pedido este que foi acatado.

Presente o novo relatório de avaliação de ruído - critério de incomodidade - realizado nos dias 23 a 25 de junho último, pelo CTCV-Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, recebido em 10-07-2017 (E/6530/2017), requerido pela Câmara Municipal, o qual revela que no estabelecimento HomeMoel Hostel, o resultado apurado foi de 6 dB(A), no período noturno, quando o limite máximo legalmente fixado é de 3 dB(A), o que confirma que o funcionamento do estabelecimento não respeita o referido índice máximo de incomodidade.

Presente relatório de medições acústicas - avaliação de isolamento acústico e de ruído ambiente - efetuadas no estabelecimento “Rosis Pub”, nos dias 12, 14, 15 e 16 de julho de 2017, incluindo a moradia confinante, propriedade do reclamante, Jorge Miguel Couceiro, realizado pelo Eng.º Civil, Diogo Mateus, Especialista em Engenharia Acústica pela Ordem dos Engenheiros, que apresenta as seguintes conclusões e propostas de solução passíveis de solucionarem o problema do ruído causado pelo funcionamento do estabelecimento em causa:

“Face ao exposto, e atendendo à atividade e horário de funcionamento do estabelecimento em análise, é possível verificar que, mesmo com a aparente limitação existente no sistema de som, o acréscimo nos níveis de ruído ($L_{Ar} - L_{Aeq(rr)}$), devido ao funcionamento do estabelecimento, ultrapassa claramente os limites impostos pelo Regulamento Geral do Ruído. Para que estes limites possam ser cumpridos é necessário que a limitação no sistema de som seja mais acentuada, com uma redução em relação ao atual de pelo menos 7 dB(A), que a esplanada encerre mais cedo (não muito para além das 24 h) e que, a partir deste encerramento, a porta de acesso ao estabelecimento passe também a ficar habitualmente fechada. Caso se pretenda funcionar com níveis sonoros no interior do estabelecimento superiores aos aqui propostos, mas ainda assim com as condições de funcionamento da esplanada e da porta de acesso conforme anteriormente referido, recomenda-se a execução de obras de reforço de isolamento acústico em toda a envolvente do estabelecimento.

Em relação ao limitador de som, e uma vez que o atualmente existente aplica um corte em função do sinal elétrico e não em função do nível sonoro efetivo, recomenda-se a aplicação de um limitador ativo, com um sistema integrado de medição e controlo, com possibilidade de ajuste diferenciado por bandas de frequência, por exemplo, do tipo “LRF05-CESVA”. Este tipo de sistema, para além de poder ficar lacrado, regista todas as ocorrências, para eventual controlo/fiscalização, que até poderão ser consultados por acesso remoto. Por

outro lado, este tipo de limitador também acaba por ser eventualmente mais útil para os próprios responsáveis pelo estabelecimento, uma vez que a limitação não dependerá do tipo de música nem da forma como ela foi gravada e poderá ser aplicada de forma diferenciada em frequência. Por exemplo, com um “limitador de sinal elétrico”, como o que aparentemente existe no local, se for aplicada uma redução de 7 dB(A), em relação ao atual, significa que nas músicas com níveis sonoros mais elevados o valor de LAeq poderá ficar limitado a cerca de 78 dB(A), no ponto de monitorização (indicado na Figura 2, no ponto 4.5 deste relatório), mas as músicas gravadas com níveis sonoros mais baixos poderão ficar exageradamente limitadas a um valor de LAeq de apenas 68 dB(A). A grande desvantagem dos limitadores ativos, relativamente aos convencionais, reside sobretudo no seu custo, que é significativamente superior, mas estes constituem claramente a forma mais eficaz de limitação e controlo de som no estabelecimento.”.

Tendo em consideração que:

- Em 04-04-2011, a proprietária do estabelecimento Isabel Maria Marques Lemos solicitou a concessão de licença anual para ocupação do espaço público com uma esplanada e com um balcão de venda de bebidas, respetivamente com as áreas de 23m2 e 3,12m2 (documento com registo de entrada E/3115/2011);
- Colhidos os devidos pareceres internos, em 30-06-2011 o Presidente da Câmara emitiu despacho n.º 156/2011, do seguinte teor:

Considerando que foi apresentada uma exposição relativa a eventual produção de ruído incomodativo proveniente do funcionamento do estabelecimento denominado Rosis Pub, facto de que se deu conhecimento à responsável pela sua exploração.

Considerando que nessa sequência foi solicitado ao Laboratório de Saúde Pública de Leiria a avaliação acústica e do grau de incomodidade.

Considerando que em função dos resultados obtidas nessa avaliação serão determinadas as medidas que se revelarem justificadas.

Considerando que, neste momento, não é possível antever os resultados, nem o tipo de medidas.

Considerando que não é ajustada, sem a prova requerida aquele Laboratório, a adopção de medidas preventivas, mas deve ficar salvaguardada a sua eventual determinação em fase posterior.

Considerando que é possível estabelecer uma condição à autorização de instalação de esplanada e de balcão, que salogue a eventual necessidade de aplicação de medidas em função dos resultados da avaliação, de acordo com o artigo 121.º, do Código do Procedimento Administrativo.

Autorizo, de acordo com o parecer emitido pelos serviços da DOPP, a instalação de uma esplanada e de um balcão de apoio à esplanada, sob condição resolutive em função dos resultados da avaliação acústica e do grau de incomodidade.

- Em 01-07-2011 a Câmara Municipal emitiu, em consequência, o alvará de licença n.º 43/11, no qual fez constar os seguintes condicionalismos:

- Não deve provocar obstrução de perspectivas panorâmicas ou afectar a estética ou ambiente dos lugares ou paisagem;
 - As mesas e cadeiras a utilizar deverão ser facilmente laváveis e não ser sujeitas a deterioração por parte dos agentes atmosféricos;
 - O mobiliário não deverá permanecer no espaço público fora do horário de funcionamento e toda a área deverá ser mantida em condições de higiene adequadas;
 - **O seu funcionamento deverá respeitar os parâmetros previstos no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo DL 9/2007, de 17 de Janeiro.**
 - **A instalação da esplanada e do balcão de apoio à mesma é autorizado, sob condição resolutive em função dos resultados da avaliação acústica e do grau de incomodidade.**
-
- Na mesma data de 01-07-2011, a Câmara Municipal emitiu o alvará de licença de publicidade n.º 46/11, para o reclamo publicitário, sem quaisquer condicionalismos;
 - Estas licenças de ocupação do espaço público com a esplanada, com o balcão de venda de bebidas e com o reclamo luminoso foram sendo anual e sucessivamente renovadas;
 - Em fevereiro de 2014, o explorador do estabelecimento Manuel Lemos Nascimento, apresentou mera comunicação prévia (E/9594/2014) da ocupação do espaço público com uma esplanada aberta na área contígua ao estabelecimento e com um anúncio luminoso (que se traduziu na renovação da licença anterior titulada por Isabel Maria Marques Lemos), tendo efetuado em 25-02-2015, o pagamento da renovação anual da licença de ocupação do espaço público com um balcão de venda de caipirinhas e da ocupação do espaço público com a esplanada e com um reclamo luminoso, pelas guias nºs. 2836 e 2837/14, válidas até 31-12-2015;
 - Em 31-01-2017 efetuou o pagamento da renovação da licença para o ano de 2017, pela guia de receita n.º 967/2017, a qual vigorará até 31-12-2017;
 - O Regime do Licenciamento Zero, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, na sua redação atual, estipula que o Município pode ordenar a remoção do mobiliário urbano que ocupar o espaço público quando, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, tal se afigure necessário – n.º 9 do art.º 12.º;
 - No art.º 21.º, n.º 5 do atual Regulamento de Ocupação de Espaço Público com Equipamento e Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande determina-se que as licenças têm natureza precária, podendo a Câmara Municipal fazê-las cessar, sempre que se verifiquem razões de interesse público, não tendo o seu titular direito a qualquer indemnização, salvo ao reembolso correspondente ao período não utilizado;

- Nos termos do art.º 155.º, n.º 1 do CPA, o ato administrativo produz os seus efeitos desde a data em que é praticado, salvo nos casos em que a lei ou o próprio ato lhe atribua eficácia retroativa, diferida ou condicionada;
- A condição é o evento futuro de verificação incerta de que ficou dependente a operatividade dos efeitos do ato administrativo;
- Sendo resolutiva a condição, como o foi neste caso concreto, na ausência de verificação desta, o ato administrativo produziu todos os efeitos que lhe são próprios, ou seja, a licença de ocupação do espaço público com a esplanada e com o balcão de venda de bebidas produziu os seus efeitos ao longo do tempo e até que se verificasse aquela condição resolutiva;
- À condição resolutiva basta que ocorra o facto em que a mesma se fundou, para que cessem os efeitos jurídicos do ato administrativo que desaparece da ordem jurídica, devendo o explorador remover todo o equipamento e mobiliário urbano que ao abrigo daquele alvará de licença n.º 43/11, mantiver a ocupar o espaço público;
- No art.º 8.º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, permite-se a restrição do período de funcionamento de determinado estabelecimento ou estabelecimentos, quando exista «um histórico de registo de ocorrências ou reclamações sobre o funcionamento dos mesmos, relativas a ruído incomodativo» - n.ºs. 1, 2 alínea a) e 3, do art.º 8.º, que no presente caso, estão devidamente comprovadas;
- Os dois relatórios de avaliação de incomodidade datados de 07-09-2015, concluíram que o funcionamento do estabelecimento “Rosis Pub” não cumpria os requisitos legais impostos pelo RGR em matéria de ruído, uma vez que apresentou valores de acréscimos sonoros acima do limite regulamentar aplicável, numa habitação de 17dB(A) e na outra de 19dB(A) e 21dB(A), para um limite de 3dB(A);
- O novo relatório de avaliação do ruído produzido pelo funcionamento do estabelecimento datado de 06-07-2017, mandado realizar pela Câmara Municipal veio, uma vez mais, confirmar um resultado de 6 dB(A) no interior do Hostel “HomeMoel”, quando o limite máximo legal no período noturno é de 3 dB(A);
- O relatório de avaliação do isolamento acústico e de ruído ambiente realizado no próprio estabelecimento “Rosis Pub, conclui que as medidas adotadas pelo proprietário do mesmo não foram e não são idóneas para garantir o cumprimento dos limites máximos de ruído no exercício da sua atividade,

Considerando ainda que, do relatório de avaliação acústica, de 20-07-2017, resultam as seguintes possibilidades de intervenção:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

- 1) Limitação no sistema de som, com uma redução em relação ao atual de pelo menos 7 dB(A); redução do horário da esplanada (não muito para além das 24 horas); a partir do encerramento da esplanada, a porta de acesso ao estabelecimento passe também a ficar habitualmente fechada; ou
- 2) No caso de se pretender funcionar com níveis sonoros no interior do estabelecimento superiores aos referidos no n.º anterior, execução de obras de reforço de isolamento acústico em toda a envolvente do estabelecimento; redução do horário da esplanada (não muito para além das 24 horas); a partir do encerramento da esplanada, a porta de acesso ao estabelecimento passe também a ficar habitualmente fechada;
- 3) Aplicação de um limitador de som ativo, com um sistema integrado de medição e controlo, com possibilidade de ajuste diferenciado por bandas de frequência, lacrado, que regista todas as ocorrências.

A Câmara Municipal delibera notificar o explorador do estabelecimento de bebidas “Rosis PUB” - S. Pedro de Moel para, no prazo de 10 dias, apresentar qual ou quais das intervenções enunciadas nos pontos 1 a 3 pretende implementar para a resolução do problema do ruído produzido pela exploração do estabelecimento, disponibilizando-se a Câmara para colaborar em qualquer intervenção da sua responsabilidade.

Mais delibera comunicar o teor da presente deliberação à Provedoria de Justiça.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro declarou o seguinte:

“Considerando os pareceres do processo, que decorre em paralelo com o processo de contraordenação, concordamos que se notifique o ROSIS no sentido de melhorar as condições técnicas conforme pareceres constantes no processo.”

66 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia dezasseis de agosto de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **11.717.836,20 €** (onze milhões, setecentos e dezasseis mil, oitocentos e trinta e seis euros e vinte cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
17/08/2017.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 21

AUSÊNCIA E SUBSTITUIÇÃO DA SR.ª VEREADORA ALEXANDRA DENGUCHO

Ao longo do dia foram recebidas as comunicações referentes à ausência da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e ao impedimento dos candidatos posicionados em 3.º e 4.º lugar na lista da CDU, pelo que se anexam as mesmas à presente ata (**Anexo 4**).

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

777 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 14:10 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião

O conteúdo da presente reunião fica integralmente registado em suporte digital.
